

A light blue grid pattern covers the entire background of the page. The grid consists of vertical and horizontal lines of varying lengths, creating a series of rectangular frames of different sizes. Some lines extend across the entire width or height, while others are shorter, creating a complex, architectural feel.

# Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 1º BIMESTRE DE 2013



## SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

### SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

### SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

### SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

### SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

### SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

### SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

### SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

### SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

### SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

### SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Juliana Azevedo Cruz

### EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Celina Melo

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

João Souza

Juliana de Araujo Castelo Branco Castro

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Paulo Levy

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Rafael Erbisti

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaizer



**O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (21) 2334-4929

**Home Page:** <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

## SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	11
I.I The Domestic and International Context. ....	11
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro .....	13
I.III Labor Market.....	17
I.V External Sector .....	19
I. Panorama Econômico .....	20
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	20
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	23
I.III Mercado de Trabalho.....	26
I.IV Inflação .....	27
I.V Setor Externo .....	28
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .....	30
Desembolso do Estado do RJ .....	33
III. Resultados Fiscais.....	36
III.I Resultado Orçamentário.....	36
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA .....	37
III.III Resultado Primário .....	38
IV. Receita Estadual .....	40
IV.I Receitas Correntes.....	41
IV.I.1 Receita Tributária .....	42
<b>Box 01 - A Resolução 13 e seus impactos</b> .....	45



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico .....	47
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties .....	50
IV.I.3 Demais Receitas Correntes .....	52
IV.I.3.1 Receita de Transferências .....	54
IV.I.3.2 Transferências da União .....	55
IV.II Receitas de Capital .....	57
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro .....	58
V.I - Despesa Total .....	58
V.II - Créditos adicionais .....	58
➤ Despesas Financiadas com Operações de Crédito .....	59
V.III - Despesas por Fonte .....	59
V.IV Despesas por Grupo .....	60
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS .....	64
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA .....	70
VI.1 Cota Financeira .....	70
VI.2 Pagamento de PD's .....	72
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro .....	72
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos .....	73
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados .....	76
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento .....	76
Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	77
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública .....	78
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios .....	86



VI.9 Contratação de Operação de Crédito .....	87
VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's .....	88
<b>BOX 02 – Reestruturação da Subsecretaria de Finanças.....</b>	<b>90</b>

## Apresentação

Este é o trigésimo primeiro número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

*É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.*

*O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.*

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 03/04/2013.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

*“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”*  
*Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.*

## RESUMO EXECUTIVO

**O Estado do Rio de Janeiro iniciou o ano fiscal de 2013, com bom desempenho obtido no primeiro bimestre do exercício.** As receitas totais do período ultrapassaram em 26,7% o obtido no ano anterior, atingindo um patamar 4,5% acima das metas estipuladas para o período. Tais receitas foram impulsionadas pelas receitas correntes (+20,6% em relação a 2012 e 7,8% acima da meta). As receitas de capital cresceram 321,3% em relação ao mesmo período do ano passado, embora estejam 33,3% abaixo da meta do bimestre.

**O exame do Cronograma de Desembolso estabelecido pela Resolução SEFAZ nº 587/2013 indica que 99,7% (- R\$35 milhões) para o primeiro bimestre foi executado pelo governo do Estado.** Esta ligeira queda se deu por conta da execução de gastos de custeio (Outras Despesas Correntes) 6,4% abaixo da meta, bem como nos juros e encargos da dívida/amortizações, os quais estiveram 1,2% abaixo da meta no período analisado.

**Os resultados orçamentário (+R\$1.731,09 milhões) e primário (+R\$1.398,59 milhões) do primeiro bimestre de 2013** sofreram influência expressiva do bom resultado da arrecadação de receitas tributárias, as quais tiveram crescimento de 24,4% (+R\$1.426,90 milhões) no período, por conta, principalmente da *performance* positiva do ICMS, que apresentou ultrapassou o montante arrecadado em 2012 em R\$ 870,91 milhões (+20,9%); do IPVA, cujo incremento foi de 46,8% (+R\$321,61 milhões) no período; e da Dívida Ativa, com desempenho cerca de R\$100 milhões (+552,1%) acima de 2012.

**As Receitas de Transferência** apresentaram bom desempenho no bimestre (+9,4%), ainda que a política do governo federal de desoneração tributária em diversos setores produtivos ainda esteja atuando de forma negativa na arrecadação dos entes subnacionais.

**As receitas de capital** apresentaram expressivo crescimento no bimestre (+321,3%), por conta da efetivação de operações de crédito (+R\$547,39 milhões na comparação com o mesmo período de 2012, o que perfaz crescimento de 757,8%), apenas possíveis em decorrência da gestão fiscal responsável da Secretaria de Estado de Fazenda.

## EXECUTIVE SUMMARY

**The State of Rio de Janeiro began fiscal year 2013 with good performance in the first quarter of the year.** Total revenues for the period exceeded the 26.7% achieved in the previous year, reaching a level 4.5% above target stipulated for the period. These revenues were driven by current revenues (+20.6% compared to 2012 and 7.8% above the target). Capital revenues grew 321.3% over the same period last year, although they are 33.3% below the target of two months.

**Examination of Disbursement Schedule established by Resolution SEFAZ No. 587/2013 indicates that 99.7% (- R\$ 35 million) for the first quarter was run by the state government.** This slight decrease was due to the execution of items of expenditure (Other Current Expenses) 6.4% below the target as well as the interest and debt charges / amortization, which were 1.2% below the target for the period.

**The budget (+ R\$ 1.731,09 million) and primary (+ R\$ 1.398,59 million) results in the first quarter of 2013** were expressively influenced by the good result in the collection of tax revenues, which grew by 24.4% (+R\$ 1.426,90 million) in the period, due mainly to the positive *performance* of the ICMS, which had exceeded the amount collected in 2012 at R\$ 870,91 million (+20.9%), the automobile property tax (IPVA), which increased by 46.8% (+ R\$ 321,61 million) in the period, and the Debt, performing approximately R\$ 100 million (+552.1%) above 2012 .

**Revenues Transfer** showed good performance in the quarter (+9.4%), although the federal government policy of tax cuts in several productive sectors is still acting negatively on revenues of subnational units.

**Capital revenues** showed strong growth in the quarter (+321.3%), due to the realization of loans (+ R\$ 547,39 million compared to the same period in 2012, which amounts to an increase of 757.8%) only possible due to the fiscal management of the State Department of Finance.

## I. Economic Outlook

### I.I The Domestic and International Context<sup>1</sup>.

The year of 2013 began under the sign of hope, especially with regard to a resumption of stronger growth, but without a significant decline in volatility. At the international level, the positive signs in the end of last year showing U.S. recovery – job growth, retail sales and the heating of the housing industry – somehow were confirmed and may have resulted in growth in the first quarter more than 3% in annualized terms. This result, however, partly reflects transitory factors, such as the rebuilding of inventories and the rebuilding effort from Hurricane Sandy, the end of 2012. The uncertainty regarding the consequences of the fiscal cliff, the tax increases and the materialization of a moderate cut spending, on the other hand, may have contributed to a slowdown in the latest period. The IMF, in its World Economic Outlook (WEO) recently released, revised down its forecast for U.S. growth to 1.9% this year and 3% in 2014.

Europe continued to be a source of instability. The latest episode involving the financial system of Cyprus reveals how excess leverage produces destabilizing effects, and how its absorption requires time and persistence. Institutional advances towards creating supranational bodies in the areas of banking regulation and taxation has been slow and the achievement of fiscal targets frustrated recursively. Economic activity in the euro zone follows depressed, industrial output has not regained its prior peak and 2013 should again be a year of negative growth in GDP –0.3% according to the PEM (-0.5% in 2012) – but with recovery over the year.

In China, the YoY growth in the first two months was 7.7%, below the rate of 7.9% in the last two months of 2012. QoQ annualized growth in the 1st quarter of 2013 was the lowest since the first quarter of 2009, when the weight of the crisis was felt with all his strength. This slowdown seems to reflect the transition from Chinese growth model towards a structure with more weight for domestic consumption as opposed to net exports and investment. The latter, however, continued to grow relatively strongly in the first quarter of 2013, amid strong credit growth and declining inflation by the effect of the fall in commodity prices and food.

Perhaps the biggest change in the international arena in the first two months of 2013 occurred in Japan. The monetary authorities of that country decided to implement a policy of acquiring assets that involve bending the balance of the Bank of Japan in two years. The goal is to achieve an inflation rate of 2% per year, breaking with more than a decade of deflation and stimulating economic activity. The yen depreciated by over 20% since October last year, when the first signs of change appeared.

The consequences of this external environment on the dollar prices of commodities have been slightly negative – to reverse the strong growth trend seen throughout 2010 and until the middle of last year, but without causing sharp drops yet. The rates of change in the 12-month index prices in dollars of commodities and semi-manufactured exports in Brazil last February were -7.4% and -8.7%, respectively. A year earlier, these variations were strongly positive, 23.5% and 17.8%, respectively.

---

<sup>1</sup> This analysis uses data available to April 19, 2013.



In Brazil, the first two months of the year was marked by greater sensitivity to the acceleration of inflation and signs of accelerating growth. In the case of inflation, the IPCA variation expected in the first quarter by the Central Bank in late December, according to the Inflation Report, was 1.1%, but the actual result was 1.9%. The Central Bank itself acknowledged in the December Inflation Report that wage pressures were one of the factors that sparked inflation. In the minutes of the Monetary Policy Committee meeting in January, said that restrictions on the supply side could be preventing faster growth of the economy and, more recently, it was recognized that inflation could be consolidating at a higher level due to expectations. All these signs pointed to a tougher monetary policy that began to materialize in April with the first rise of 0.25 percentage point interest rate since 2011. Nevertheless, questions remain regarding the trajectory of inflation and the projections for 2013 and 2014 indicate that it tends to remain well above the target, even in a trajectory of rising interest rates later this year. Among other factors, it is observed that the diffusion rate of IPCA had been recording the highest values since 2003, and that core inflation also remained at a very high level, exceeding 6% over the past 12 months when considering the average of the different concepts.

The economic activity appears to have accelerated in the first quarter, reflecting the stimulus measures implemented during 2012, and more favorable weather conditions at the beginning of last year, which should result in strong growth of the agricultural sector in the GDP of the period. Available data show that economic activity, as the IBC-Br, the Central Bank, increased by 1.4% in January, but fell 0.5% in February. This reflects, among other factors, an industrial production fluctuated strongly in the period, up 2.6% in the first month, falling 2.5% in the second. The retail sales, in turn, have proven quite swing beside a decelerating trend: the restricted concept, growth in January-February 2013 over November-December of 2012 after adjusting for seasonality was only 0.08%, compared to 0.3% in the previous two months. In extended concept, these variations were 0.34% and 2.1%, respectively. On the other hand, it is likely that the GDP data for the first quarter show strong investment growth, driven by the recovery in production and sales of transportation equipment – buses and trucks – and agricultural equipment. According to Anfavea, the first production grew 42% in the period January-March compared to the same period in 2012, in the case of agricultural equipment, the variation was 3.8%. On the other hand, production of building materials until February this year shows a decrease of 0.6% compared to the first quarter last year.

The labor market continues behaving quite favorable and, in a way, jarring rhythm of production. The average unemployment rate in the first quarter stood at 5.5%, the same as the year 2012. Note that the participation rate (ratio between PEA and PIA) increased by 0.7 percentage points between the first two months of 2012 and 2013, which makes it even more significant low rates of unemployment. The occupation grew 2.2% in the first quarter, a strong pace for a GDP that must have grown about 2% in the first quarter of this year compared to the same period of 2012. In sectorial terms, were created nearly 500,000 new jobs in the first quarter of 2013 compared to the same period of 2012, of which 39% took place in "other services" and 38% "public administration". The industry created jobs again (+2.8%) after a year almost stagnant in this respect, while "domestic services" accentuated the downward trend, declining 6.6 The average real income showed some deceleration in YoY growth (2.4%), in comparison with the growth in the first quarter of 2012 (3.6%), or in comparison with the recorded in the final quarter of last year (4.3%).



The macroeconomic context of the first two months showed moderate credit expansion, with 16.6% of the variation in stock concentrated in official institutions, which grew 28.6% compared to the first quarter of 2012. Likewise, the variation of the balances of non-earmarked (12.9%) was well below the balances of earmarked credit (22.2%). Delinquencies remained a high level in non-earmarked: 3.7% for legal entities (companies) and 7.8% for individuals (PF) – in the case of companies, the value represents an increase of 0.1 points from the first two months of 2012; in PF, down 0.2 percentage point in the same comparison.

Fiscal policy, in turn, showed a strong deterioration in the primary balance at the beginning of 2013: for the consolidated public sector surplus of the two months fell by 5.3% of GDP in 2012 to 3.7% of GDP in 2013. In terms of flows accumulated in 12 months, the result of February was 2.2% of GDP, compared to 3.3% of GDP in February 2012. This reduction in the primary surplus resulted from declines in both the central government primary surplus –0.66 percentage points of GDP – as states' and municipalities' primary surplus – 0.37 percentage points of GDP. Despite this worsening of the primary surplus, the net debt of the consolidated public sector remained in decline, having recorded 35.7% of GDP last February, compared to 37.4% of GDP in February 2012. Stands out in this process the reduce of the interest burden on the debt, which flow from 5.7% of GDP in 12 months through February 2012 to 4.9% of GDP in the same period in 2013.

The collection of federal revenues, administered either by the RFB as other agencies, amounted to R\$ 192,118 million in the first quarter of 2013, a real growth of 3.7% over the same period in 2012 when deflated by the IPCA. Considering only the revenues administered by the Internal Revenue Service of Brazil, in the first two months of the year 2013, these amounted to 184,205 million (current prices), which also represents a real increase of 3.7% compared to the same period 2012.

Regarding revenues administered by the RFB, there was a strongly discrepant behavior between January and February: while the first month of the year showed strong performance in real terms (+6.7%), in February the result was 32.8% lower than in February 2012. This discrepancy reflected payments of the income tax and social in January regarding both the last quarter of the previous year as the anticipation of the annual adjustment of these taxes. The taxes that showed actual losses more significant in the first two months of 2013, compared with the same period of the previous year were: CIDE-fuels (-99.8%), IPI-cars (-55.8%), IPI-Linked (-19.9%), IOF (-18.4%) and IRRF-Capital income (-7.7%). In the case of the first two, the causes were the exonerations promoted throughout 2012 and only partially blended (in the case of IPI-cars) in early 2012. On the positive side, the taxes with actual increases were most significant: IPI-Smoking (+67.5%, reflecting the increase in tax rates), IRRF-Income Residents Abroad (+18.9%), Import Tax (+ 12.1%), income tax (+10.1%), Social Security Revenue (+7.7%), COFINS (+7.2%), social contribution (+5.5%) and PIS/PASEP (+5%).

### **I.II Economic Activity in Rio de Janeiro**

*Industry.* The performance of the industry of the state in February decreased (-1.5%) compared to the previous month, after advancing 1.7% in January. On average, the first two months of 2013 showed growth of 0.6% over the last two months of 2012, variation that for the country as a whole was 1.3%. Compared to

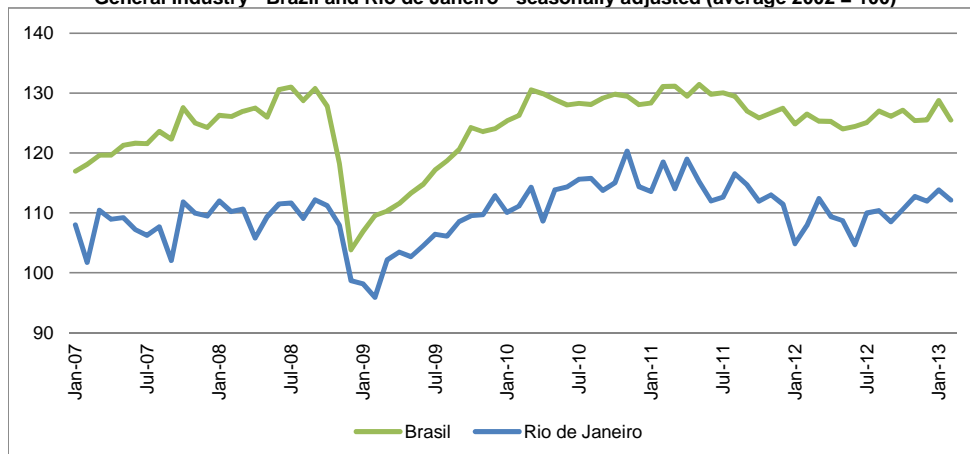
the same period last year, the industrial production in the first two months of the year grew 8.3% in Rio de Janeiro, and only 1.1% in Brazil level. This picture shows the recovery of the industry in the state, although still highly volatile, reflecting uncertainty about the macroeconomic domestic and international situation. In 12 months, the “fluminense” industry accumulates fall of -2.1% against -1.9% in Brazil level.

In the interannual comparisons, the state industry grew below the Brazilian industry over almost all year 2012. However, since December last year this situation has reversed mainly due to the recovery in production of automobile industry, specifically the truck segment. In terms of the main aggregates, extractive and manufacturing state industries in the first two months of the year declined by -9.5% and grew by 13.1% respectively over the same period last year. Nationally, the extractive and manufacturing industries declined by -3.7% and grew by 1.4% respectively.

The analysis of the twelve industrial activities which the sector is disaggregated in RJ reveals that half of them grew over the first two months of 2012. In these interannual comparisons, the main positive impact occurred in the production of motor vehicles, whose production has more than doubled in the period (+115%). This performance is explained by increase in production of motor vehicles and chassis for buses and trucks. Two other activities in which there was a marked increase in production were publishing, printing and reproduction of recorded media and pharmaceuticals. In the first case, there was a variation of 56.6%, reflecting the increase in the production of CD, but also by the low base of comparison, since in February 2012 there was a decrease of 10.7% in this activity. In the case of pharmaceuticals (+47.1%), the strong variation is explained by the production of medicines. With less intensity, but also significant, stands out the interannual growth of the production in the food industry in the state, with a variation of 9.3%. On the other hand, the major negative influences came from metallurgy (-22.2%) and mining and quarrying (-9.5%), pressed, largely by rebar carbon steel and crude oil, respectively

Graph 1, below, shows the evolution of the industry in Rio de Janeiro and Brazil, after adjusting for seasonality made by IBGE. Note that since the middle of last year, industrial production in the state began to grow while maintaining relatively stable level in Brazil. Adjustments to seasonality made by SEFAZ-RJ indicate that the segments noted above as highlights on-year are also those who come pulling manufacturing in the margin, with the possible exception of the pharmaceutical industry, which would have shown a decrease (-6.4%) comparing the first two months of 2013 with the latest 2012. All others had strong growth in this comparison: automotive, 14.1%; publishing, printing and CD burning, 40%, and food industry, 5.1%.

Graph 1  
General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

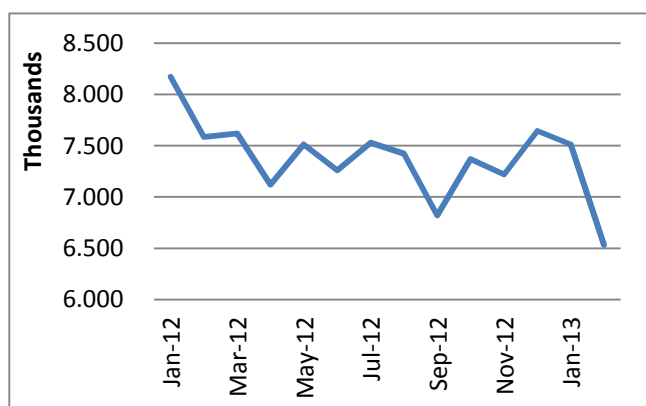
*Oil.* Consistent with the IBGE data, which show a fall in production of mining and quarrying in the state, the latest data from ANP point to a sharp drop in oil production in February, recording the lowest production since February 2007. The monthly production was 14% lower than that observed in 2012 and the first two months has accumulated reduction of 11% compared to last year. The commodity, which had been appearing relative price stability between August 2012 and February 2013, has been showing gradual decline. In mid-April (when preparing this bulletin) the barrel of Brent crude oil was already being traded consistently below \$ 100. If the fall scenery extends, in the medium term lower prices can help reduce Petrobras' imbalances before the existing gap between the domestic price and the price of oil products in the international market.

Table 1  
General data on Oil Production and average Oil Price

Production and Price	2012	2013	Variation
Oil Production (m³) – January/February	15.753.496	14.046.864	-10,8%
Average Brent (US\$) – January/February	115	115	-0,4%

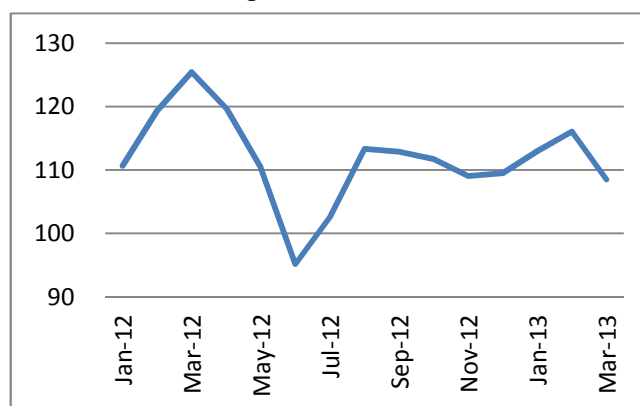
Source: ANP & EIA.

Graph 2  
Oil Production - m³



Source: ANP.

Graph 3  
Average Oil Price - Brent



Source: EIA.

*Commerce.* In the first two months of 2013, the state of Rio de Janeiro grew above the national average in six of the ten sectors of expanded retail when sales volume is compared with the same period of the previous year, according to table 2.

Among the six, the highlights are 'equipment and office supplies, computer and communication' and 'Other articles of personal and domestic use', both with strong growth compared to the first two months of 2012 and an increase well above the national average.

The negative results are due to the 'Textiles, clothing and footwear' and 'Furniture and appliances', both with negative growth over the first two months of 2012 (-3.9% and -10%, respectively). The same segments showed growth, albeit low, on a national level.

Considering the segment as a whole, the state of Rio de Janeiro showed higher YoY growth in both the retail and in the extended retail: 3.3% (RJ) and 2.9% (BR) at the retail; and 4.8% (RJ) and 4.2% (BR) in the extended retail.

**Table 2**  
**Volume of retail sales – variation period over period (%)**

Activity	Jan-Feb	
	BR	RJ
Fuels and lubricants	4,0	10,4
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	0,6	2,2
Textiles, clothing and footwear	2,3	-3,9
Furniture and appliances	2,7	-10,0
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	8,8	6,8
Books, newspapers, magazines and stationery	6,4	12,3
Equipment and office supplies, computer and communication	7,0	32,3
Other articles of personal and domestic use	10,4	17,4
<b>Retail Trade</b>	<b>2,9</b>	<b>3,3</b>
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	5,7	4,9
Building material	7,8	14,3
<b>Expanded Retail Trade</b>	<b>4,2</b>	<b>4,8</b>

Source: PMC/IBGE.

The analysis of seasonally adjusted data shows that there was some loss of strength in retail sales in the recent period. The growth of retail bimonthly restricted (average of two months over the previous two months) was 0.3% and 1% for Brazil and RJ, respectively, in December 2012, but declined to 0.1% and 0.4 %, respectively, in February. This deceleration occurs also for the expanded retail in Brazil level (from 0.8% to 0.15%), but not in Rio de Janeiro, where the movement is accelerating: -0.1% in December to +0, 15% in February. Stands out, among the segments of retail, 'Building materials', which grows 8.5% in the two months, compared to -7.8% in the two months ended in December.

### I.III Labor Market

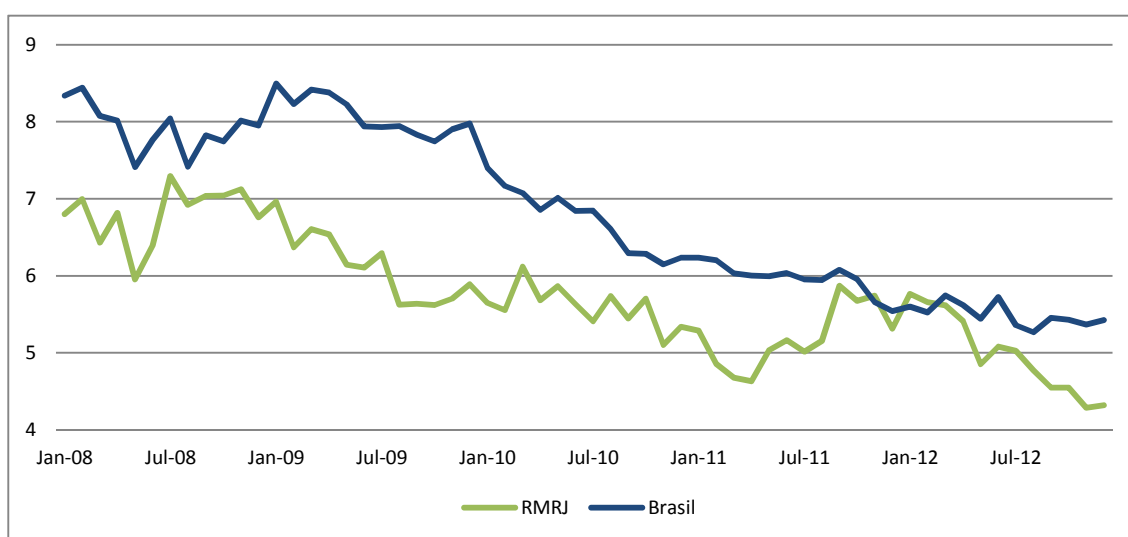
The economically active population in the metropolitan area of Rio de Janeiro (RMRJ) according the PME/IBGE, closed the first two months of 2013 with modest growth (+0.4%) compared to the first two months of 2012. This growth is lower than occurred nationally (+2.1%) for the same period. Observing the creation of jobs (people employed during the reference week), the Metro Region showed an increase of jobs (+1.7%) in the period, very close to the observed growth in the country (+2.2%).

The growth of employment in RJRM was driven by hiring in 'Other services' (+5.2%), in 'Quarrying and manufacturing industry and distribution of electricity, gas and water supply' (+4.3%), and the 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+4.2%). The sectors of economic activity that retracted were 'Other activities' (-34.5%), corresponding to 1% of the activity, 'Home Services' (-3.9%) and 'Trade, repair of automotive vehicles and objects personal and household goods' (-0.7%). Considering the index accumulated in 12 months through February 2013, Rio de Janeiro presented creation of jobs very close to the country (+1.2% and +1.6%, respectively). In this period, the sectors that contributed most to the growth in RJRM were: 'quarrying and manufacturing industry and distribution of electricity, gas and water supply' (+4.9%) and the 'Public administration, defense, social security education, health and social services' (+3.5%).

The position in the main job occupation indicator brings the information that kept up the process of formalization of the labor market RMRJ. The formal employment increased (+3.1%) in the first two months of 2013, compared to the same period last year, whereas the unregistered employment and self-employment had minimal increase (+0.2%, both), result of the decrease in unregistered employment (-4.3%) and increase in self-employment (+3.5%).

With the increase of jobs above the increase in the economically active population, there is a decrease in the unemployment rate, seasonally adjusted, from 5.66% in February 2012 to 4.57% in February 2013.

**Graph 4**  
Unemployment rate seasonally adjusted (%)



Source: PME/IBGE.

Considering only the formal employment, data from the General Register of Employed and Unemployed – CAGED show that in the first two months of 2013 there were net disconnections in the State of Rio de Janeiro totaling 14,588 posts. This result is due to the shutdowns usually observed at the beginning of the year in the trading sector. In contrast to the first two months of 2012 when there were net admissions (18,981), in 2013 the sectors Service and Construction admissions showed no net admissions in the same order of the previous year (-85%). For the country as a whole, the first two months of recorded net admissions of 152,000 people, 43.5% less than in the same period of 2012.

Concerning the average real income of workers in RJRM, at prices of January 2013, there was a real increase (+4.0%) in the first two months of 2013, compared with the same two months of 2012. This growth is higher than in the country (+2.1%) for the same period.

#### I.IV Inflation

The IPCA-RJ changed by 0.73% and 0.25% in January and February of this year, respectively, below the variations recorded in Brazil, 0.86% and 0.60% respectively. Accumulated in the first two months, inflation in Rio de Janeiro reached 0.98%, a rate much lower than the 2.07% for the same period in 2012, as well as the variation to the country as a whole of 1.5%. The variation in 12 months was 6.2%, down from 7.0% in the same period of 2012; in Brazil level, the cumulative 12 months through February was 6.31%.

The comparison between Brazil and RJ shows that the main differences accumulated in the first two months are items in Foods and Beverages and Personal Expenses, in the case of the latter possibly reflecting some loss of strength of price increase in services.

**Table 3**  
**Variation of IPCA**

Period	RJ		YTD Through February		Last 12 months (February)	
	Jan	Feb	RJ	BR	RJ	BR
<b>General Index</b>	<b>0,73</b>	<b>0,25</b>	<b>0,98</b>	<b>1,47</b>	<b>6,19</b>	<b>6,31</b>
Foods and Beverages	1,51	0,88	2,40	3,46	10,54	12,48
Housing	0,21	-2,04	-1,83	-2,58	5,56	2,87
Household Articles	2,18	0,06	2,24	1,68	1,53	2,31
Clothing	0,64	-0,82	-0,18	0,02	6,93	5,99
Transport	0,88	0,26	1,14	1,56	1,94	1,69
Health and Personal Care	1,00	0,83	1,84	1,38	7,63	6,35
Personal Expenses	-0,50	0,26	-0,24	2,12	8,96	10,74
Education	0,26	5,20	5,47	5,77	6,62	7,52
Communication	-0,03	0,10	0,07	0,02	-0,43	0,75

Source: IPCA/IBGE.

In February the group that most influenced the IPCA-RJ was Education (5.20%), contributing 4.75 points in the index. Gasoline (4.1%) and Diesel (3.7%) helped push inflation due to price adjustment authorized by the government. The Transport group as a whole recorded an increase of 0.26% in the month. Food and Beverage group has changed by 0.88% and contributed 22.9% of the index. Due to weather problems,

several items had increase as common bean (7%), cowpea (9.6%), tubers, roots and vegetables (13.7%). However, as noted above, inflation in RJ has been less intense than in Brazil as a whole.

The highlight among the groups that helped contain inflation growth was Housing, which had a drop of 2.0%, influenced by the cut in electricity tariffs promoted by the federal government. Energy fell by 15.2% in Rio de Janeiro.

#### **I.V External Sector**

*Imports.* With the entry into force of the Federal Senate Resolution No. 13/2012 earlier this year and the direct hit in the payment of the Tax on Circulation of Goods and Services (ICMS), imports in January/February in RJ recorded strong growth of 50%, compared with the same period last year, suggesting some policy effectiveness. According to data released by the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC), the most imported products were: petroleum and natural gas (143%), other products of the oil refining (417%), and machinery, equipment and facilities for industrial use (252%). In the last 12 months, the increase amounted to 16%, particularly to the imports of chemicals through the ports of the state, which grew 140% (to U.S. \$ 900 million in the two months). This was followed by an increase in imports of mining industry which grew 76% and reached U.S. \$ 812 million.

*Export.* The volume of Brazilian products sent abroad suffered sharp decrease – approximately -49% change in two months 2013/2012. The greatest villains were the mining and quarrying industry (-59.8%) and the chemical industry (-53.3%). The exception to the rule was the transport equipment which recorded growth of 25% in the period. In the analysis of the main products, the reductions occurred in the following: oil and natural gas (60%), oils and fuels, including diesel (-64%). By destination, exports fell in January and February 2013 in all major destinations, especially those in Asia (-53%) and NAFTA (-61%), the exception is the EU (+1.5%).



## I. Panorama Econômico

### I.1 O Contexto Internacional e Doméstico<sup>2</sup>.

O ano de 2013 iniciou-se sob o signo da esperança, principalmente no que se refere a uma retomada mais forte do crescimento, mas sem que a volatilidade diminuísse significativamente. Em nível internacional, os sinais positivos do final do ano passado mostrando recuperação nos EUA – crescimento do emprego, vendas do comércio e o aquecimento do setor imobiliário – de certa forma confirmaram-se e podem ter resultado em crescimento no 1º trimestre superior a 3% em termos anualizados. Esse resultado, contudo, reflete em parte fatores transitórios, como a recomposição de estoques e o esforço de reconstrução do furacão Sandy, do final de 2012. A incerteza quanto aos desdobramentos do “abismo fiscal”, os aumentos de impostos e a materialização de um corte moderado de gastos, por outro lado, podem ter contribuído para alguma desaceleração no período mais recente. O FMI, em seu Panorama da Economia Mundial (PEM) recém-divulgado, reviu para baixo sua previsão de crescimento americano, para 1,9% este ano e 3% em 2014.

A Europa continuou a ser fonte de instabilidade. O episódio mais recente, envolvendo o sistema financeiro de Chipre, revela como o excesso de alavancagem financeira produz efeitos desestabilizadores, e como sua absorção requer tempo e persistência. Os avanços institucionais no sentido de criar instâncias supranacionais nas áreas de regulação bancária e fiscal têm sido lentos e o atingimento das metas fiscais frustrados de forma recorrente. A atividade econômica na zona do Euro segue deprimida, a produção industrial ainda não recuperou seu pico prévio e 2013 deverá ser novamente um ano de variação negativa do PIB – -0,3% segundo o PEM (-0,5% em 2012) – embora com recuperação ao longo do ano.

Na China, o crescimento interanual no primeiro trimestre foi de 7,7%, abaixo da taxa de 7,9% do último trimestre de 2012. Em termos trimestrais anualizados, o crescimento do 1º trimestre de 2013 foi o mais baixo desde o primeiro trimestre de 2009, quando o peso da crise era sentido com toda sua força. Essa desaceleração parece refletir a transição do modelo de crescimento chinês no sentido de uma estrutura com mais peso para o consumo doméstico em contraposição às exportações líquidas e ao investimento. Este último, contudo, continuava a crescer relativamente forte no primeiro trimestre de 2013, em meio a uma forte expansão do crédito e inflação declinante pelo efeito da queda do preço de commodities e alimentos.

Talvez a principal mudança no cenário internacional no primeiro bimestre de 2013 tenha ocorrido no Japão. As autoridades monetárias daquele país decidiram implementar uma política de aquisição de ativos que implicará dobrar o balanço do Banco do Japão em dois anos. O objetivo é atingir uma inflação de 2% ao ano, rompendo com mais de uma década de deflação e estimulando a atividade econômica. O iene desvalorizou-se mais de 20% desde outubro do ano passado, quando surgiram os primeiros sinais de mudança.

Os reflexos desse cenário externo sobre os preços em dólares das commodities têm sido ligeiramente negativos – no sentido de reverter a forte trajetória de crescimento observada ao longo de 2010 e até

<sup>2</sup> Esta análise utiliza dados disponíveis até 07/03/2013.



meados do ano passado, mas sem provocar quedas acentuadas até o momento. As taxas de variação no acumulado de 12 meses do índice de preços em dólares das exportações de produtos básicos e semimanufaturados do Brasil em fevereiro último eram de -7,4% e -8,7%, respectivamente. Um ano antes, essas variações eram fortemente positivas, de 23,5% e 17,8%, respectivamente.

No Brasil, o primeiro bimestre do ano foi marcado pela maior sensibilidade em relação à aceleração da inflação e por sinais de aceleração do crescimento. No caso da inflação, a variação do IPCA no primeiro trimestre esperada pelo Banco Central no final de dezembro, conforme o Relatório de Inflação, era de 1,1%, mas o resultado efetivo foi 1,9%. O próprio Banco Central reconheceu no Relatório de Inflação de dezembro que as pressões salariais constituíam um dos fatores que impulsionavam a inflação. Na ata da reunião do Copom de janeiro, afirmou-se que restrições pelo lado da oferta poderiam estar impedindo um crescimento mais acelerado da economia e, mais recentemente, reconheceu-se que a inflação poderia estar se consolidando num patamar mais elevado devido às expectativas. Todos esses sinais apontavam para uma postura mais dura da política monetária, que começou a se materializar em abril com a primeira elevação, de 0,25 ponto percentual, da taxa de juros desde 2011. Não obstante, permanecem dúvidas quanto à trajetória da inflação e as projeções para 2013 e 2014 indicam que ela tende a permanecer bem acima da meta, mesmo numa trajetória de elevação dos juros até o final deste ano. Entre outros fatores, observa-se que a taxa de difusão do IPCA vinha registrando os valores mais elevados desde 2003, e que os núcleos de inflação também se mantinham em patamar muito elevado, superior a 6% no acumulado em 12 meses quando se considera a média dos diferentes conceitos.

A atividade econômica parece ter acelerado no primeiro trimestre, refletindo as medidas de estímulo implementadas ao longo de 2012, além de condições climáticas mais favoráveis que no início do ano passado, o que deve resultar em forte crescimento do setor agropecuário no PIB do período. Dados disponíveis mostram que a atividade econômica, conforme o IBC-Br, do Banco Central, aumentou 1,4% em janeiro, mas caiu 0,5% em fevereiro. Esse comportamento reflete, entre outros fatores, uma produção industrial que oscilou fortemente no período, crescendo 2,6% no primeiro mês e caindo 2,5% no segundo. As vendas do comércio varejista, por seu turno, têm mostrado bastante oscilação ao lado de uma tendência de desaceleração: no conceito restrito, o crescimento do bimestre janeiro-fevereiro de 2013 sobre novembro-dezembro de 2012 após ajuste para a sazonalidade foi de apenas 0,08%, ante 0,3% no bimestre anterior. No conceito ampliado, essas variações foram de 0,34% e 2,1%, respectivamente. Por outro lado, é provável que os dados do PIB do primeiro trimestre mostrem forte crescimento do investimento, influenciado pela recuperação da produção e das vendas de equipamentos de transporte – ônibus e caminhões – e equipamentos agrícolas. Segundo a ANFAVEA, a produção dos primeiros cresceu 42% no período janeiro-março relativamente a igual período de 2012; no caso de equipamentos agrícolas, a variação foi de 3,8%. Por outro lado, a produção de materiais de construção até fevereiro deste ano revela queda de 0,6% ante o primeiro bimestre do ano passado.

O mercado de trabalho continua apresentando comportamento bastante favorável e, de certa forma, destoante do ritmo de produção. A taxa média de desemprego no primeiro bimestre manteve-se em 5,5%, a mesma do ano de 2012. Vale notar que a taxa de participação (relação entre PEA e PIA) aumentou cerca de 0,7 ponto percentual entre os primeiros bimestres de 2012 e 2013, o que torna ainda mais significativas as baixas taxas de desemprego. A ocupação cresceu 2,2% no primeiro bimestre, um ritmo

forte para um PIB que deve ter crescido cerca de 2% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2012. Em termos setoriais, foram criados cerca de 500 mil novos postos de trabalho no primeiro bimestre de 2013 relativamente a igual período de 2012, dos quais 39% tiveram lugar em “outros serviços” e 38% em “administração pública”. A indústria voltou a criar postos de trabalho (+2,8%) depois de um ano praticamente estagnada nesse aspecto, enquanto “serviços domésticos” acentuou a tendência de queda, declinando 6,6%. O rendimento médio real registrou alguma desaceleração de seu crescimento interanual (2,4%), seja na comparação com o crescimento observado no primeiro bimestre de 2012 (3,6%), seja em relação ao registrado no bimestre final do ano passado (4,3%).

O contexto macroeconômico do primeiro bimestre mostrou expansão moderada do crédito, com a variação de 16,6% do estoque concentrada em instituições oficiais, onde cresceu 28,6% em relação ao primeiro bimestre de 2012. Da mesma forma, a variação dos saldos das operações com recursos livres (12,9%) foi bem inferior à dos saldos de operações com recursos direcionados (22,2%). A inadimplência manteve-se em patamar elevado nas operações com recursos livres: 3,7% para pessoas jurídicas (PJ) e 7,8% para pessoas físicas (PF) – no caso da PJ, o valor representa aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao primeiro bimestre de 2012; nas PF, queda de 0,2 ponto percentual na mesma comparação.

A política fiscal, por seu turno, apresentou forte deterioração do resultado primário no início de 2013: para o setor público consolidado, o superávit do bimestre caiu de 5,3% do PIB em 2012 para 3,7% do PIB em 2013. Em termos dos fluxos acumulados em 12 meses, o resultado de fevereiro foi de 2,2% do PIB, ante 3,3% do PIB em fevereiro de 2012. Essa redução do superávit primário resultou de quedas no resultado tanto do governo central – 0,66 ponto percentual do PIB – quanto de estados e municípios – 0,37 ponto percentual do PIB. Apesar dessa piora do resultado primário, a dívida líquida do setor público consolidado manteve-se em queda, tendo registrado 35,7% do PIB em fevereiro último, ante 37,4% do PIB em fevereiro de 2012. Destaca-se nesse processo a redução da carga de juros sobre a dívida, cujo fluxo em 12 meses passou de 5,7% do PIB em fevereiro de 2012 para 4,9% do PIB em igual mês de 2013.

A arrecadação total das receitas federais, administradas tanto pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu R\$ 192,2 bilhões no primeiro bimestre de 2013, um crescimento real de 3,7% em relação a igual período de 2012 quando deflacionado pela variação do IPCA. Considerando apenas as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, a arrecadação nos dois primeiros meses de 2013 foi de R\$ 184,2 bilhões, o que também representa um aumento real de 3,7% comparado ao mesmo período de 2012.

Em relação às receitas administradas pela receita federal, houve comportamento fortemente discrepante entre janeiro e fevereiro: enquanto o primeiro mês do ano apresentou desempenho bastante positivo em termos reais (aumento de 6,7%), em fevereiro o resultado foi 32,8% menor que em fevereiro de 2012. Essa discrepância refletiu os pagamentos em janeiro do IRPJ e CSLL referentes tanto ao último trimestre do ano anterior quanto à antecipação do ajuste anual desses tributos. Os tributos que apresentaram perdas reais mais significativas, no primeiro bimestre de 2013, comparados com igual período do ano anterior, foram: CIDE-Combustíveis (-99,8%), IPI-automóveis (-55,8%), IPI-Vinculado (-19,9%), IOF (-18,4%) e IRRF-Rendimentos de Capital (-7,7%). No caso dos dois primeiros, as causas foram as desonerações promovidas ao longo de 2012 e apenas parcialmente recompostas (no caso do IPI-automóveis) no início de 2012. Pelo lado positivo, os tributos com aumentos reais mais significativos

foram: IPI-Fumo (+67,5%, refletindo o aumento de alíquotas), IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+18,9%), Imposto de Importação (+12,1%), IRPJ (+10,1%), Receita Previdenciária (+7,7%), COFINS (+7,2%), CSLL (+5,5%) e PIS/PASEP (+5%).

### I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

*Indústria.* A indústria fluminense recuou -1,5% em fevereiro em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal, após ter avançado 1,7% em janeiro. Na média, o primeiro bimestre de 2013 mostrou crescimento de 0,6% ante o último bimestre de 2012, variação que para o país como um todo foi de 1,3%. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção industrial no primeiro bimestre do ano cresceu 8,3% no Rio de Janeiro e apenas 1,1% em nível Brasil. Esse quadro mostra uma certa recuperação da indústria no RJ, embora ainda com forte volatilidade, refletindo incertezas quanto ao quadro macroeconômico doméstico e à situação internacional. No acumulado em 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de -2,1%, contra -1,9% em nível Brasil.

Nas comparações interanuais, a indústria fluminense cresceu abaixo da brasileira ao longo de quase todo ano de 2002. Contudo, a partir de dezembro do ano passado esse quadro reverteu-se, principalmente devido à recuperação da produção da indústria automobilística, especificamente o segmento de caminhões. Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminenses no primeiro bimestre do ano apresentaram queda de -9,5% e crescimento de 13,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em âmbito nacional, as indústrias extrativa e de transformação apresentaram queda de -3,7% e crescimento de 1,4%, respectivamente.

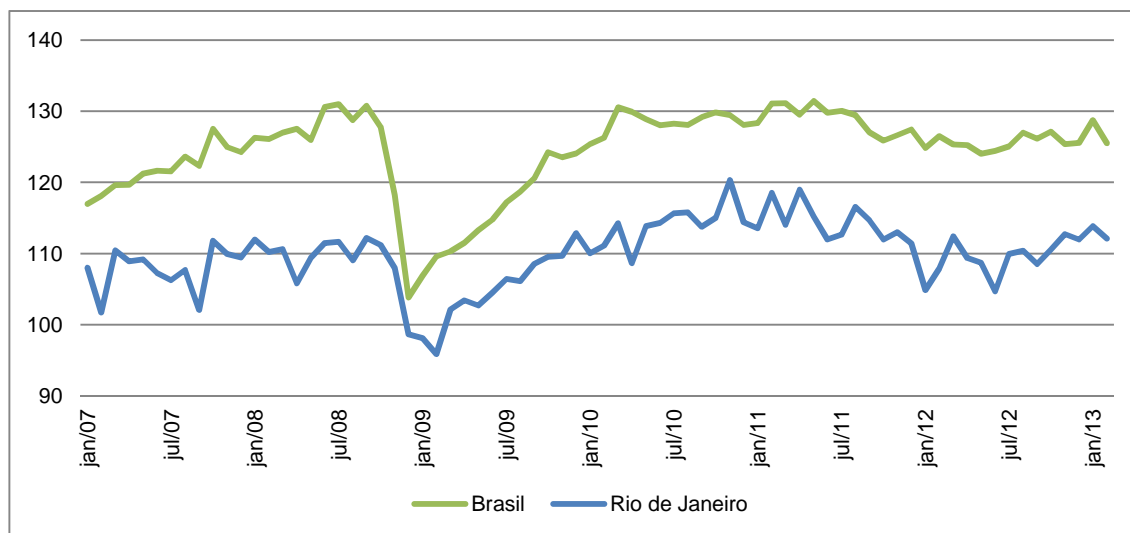
A análise das doze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que metade delas apresentou crescimento em relação ao primeiro bimestre de 2012. Nessas comparações interanuais, o principal impacto positivo ocorreu na produção de veículos automotores, cuja produção mais que dobrou no período (+115%). Esse desempenho é explicado pela maior fabricação de automóveis e chassis com motor para ônibus e caminhões. Duas outras atividades em que ocorreu forte aumento de produção foram edição, impressão e reprodução de gravações e farmacêutica. No caso da primeira, houve variação de 56,6%, refletindo o aumento na produção de CD, mas também pela baixa base de comparação, uma vez que em fevereiro de 2012 houve recuo de 10,7% dessa atividade. No caso da farmacêutica (+ 47,1%), a forte variação é explicada pela produção de medicamentos. Com menor intensidade, mas também significativo, destaca-se o crescimento interanual da produção da indústria de alimentos no estado, com variação de 9,3%. Por outro lado, as influências negativas mais importantes vieram de metalurgia básica (-22,2%) e indústrias extrativas (-9,5%), pressionadas, em grande medida, pelos itens vergalhões de aço ao carbono e óleos brutos de petróleo, respectivamente.

O Gráfico 1, a seguir, mostra a evolução da indústria no Rio de Janeiro e para o Brasil, após ajuste para sazonalidade feito pelo IBGE. Nota-se que a partir de meados do ano passado, a produção industrial no estado passou a crescer enquanto mantinha-se relativamente estável em nível Brasil. Dessazonalizações próprias da SEFAZ-RJ indicam que os segmentos acima apontados como destaques na comparação interanual são também aqueles que vêm puxando a produção industrial na margem, com a possível

exceção da indústria farmacêutica, que teria apresentado queda (-6,4%) na comparação do primeiro bimestre de 2013 com o último de 2012. Todos os demais tiveram forte crescimento nessa comparação: automobilística, 14,1%; edição, impressão e gravação de CDs, 40%; e, indústria alimentícia, 5,1%.

Gráfico 1

Indústria Geral - Brasil e Rio de Janeiro - com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

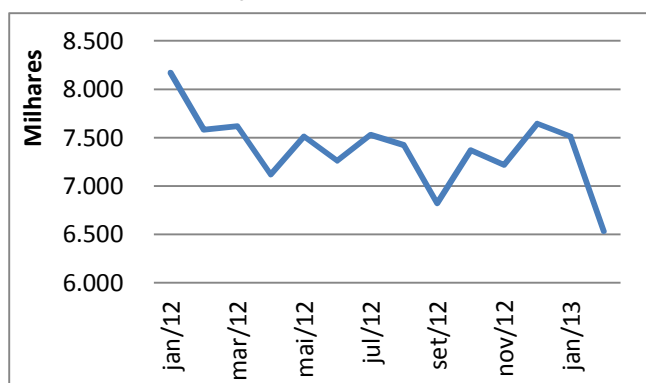
**Petróleo.** Coerentemente com os dados do IBGE, que mostram queda na produção da indústria extrativa no estado, os últimos dados da ANP apontam para uma forte queda na produção de petróleo em fevereiro, registrando a menor produção desde fevereiro de 2007. A produção do mês foi 14% menor do que a observada em 2012 e o primeiro bimestre já acumula redução de 11% em relação ao ano passado. A commodity, que vinha apresentando relativa estabilidade de preços entre agosto de 2012 e fevereiro de 2013, vem apresentando declínio gradual. Em meados de abril (quando da elaboração deste boletim) o barril de petróleo do tipo Brent já vinha sendo negociado consistentemente abaixo dos US\$ 100. Caso o cenário de queda se prolongue, no médio prazo a baixa dos preços pode contribuir para reduzir os desequilíbrios da Petrobras diante da defasagem existente entre o preço doméstico e o preço dos derivados no mercado internacional.

Tabela 1  
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2012	2013	Variação
Produção Óleo (m³) – janeiro/fevereiro	15.753.496	14.046.864	-10,8%
Brent médio (US\$) – janeiro/fevereiro	115	115	-0,4%

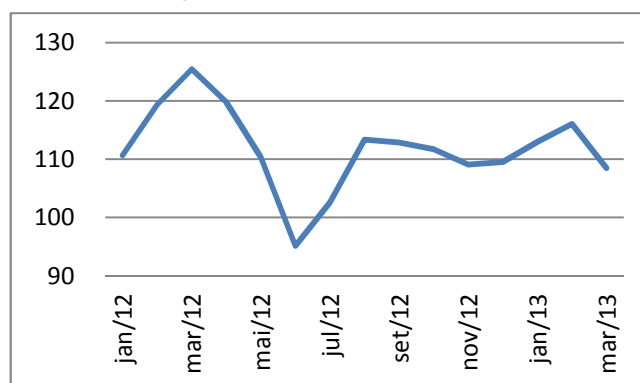
Fonte: ANP e EIA

**Gráfico 2**  
Produção de petróleo - m<sup>3</sup>



Fonte: ANP.

**Gráfico 3**  
Preço médio do petróleo - Brent



Fonte: EIA.

**Comércio.** No primeiro bimestre de 2013, o estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento superior à média nacional em seis dos dez segmentos do comércio varejista ampliado quando o volume de vendas é comparado com o mesmo bimestre do ano anterior, conforme a Tabela 2.

Dentre os seis, os principais destaques são 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico', ambos com grande crescimento quando comparados com o primeiro bimestre de 2012, além de um aumento bastante superior à média nacional.

Os destaques negativos ficam por conta de 'Tecidos, vestuário e calçados' e 'Móveis e eletrodomésticos', ambos com variação negativa em relação ao primeiro bimestre de 2012 (-3,9% e -10%, respectivamente). Os mesmos segmentos apresentaram crescimento, mesmo que baixo, em nível nacional.

Considerando os segmentos como um todo, o estado do Rio de Janeiro apresentou maior crescimento interanual tanto no comércio varejista quanto no comércio varejista ampliado: 3,3% (RJ) e 2,9% (BR) no varejista; e 4,8% (RJ) e 4,2% (BR) no varejista ampliado.

**Tabela 2**  
Volume de vendas do comércio varejista - variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	Jan-Fev	
	BR	RJ
Combustíveis e lubrificantes	4,0	10,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,6	2,2
Tecidos, vestuário e calçados	2,3	-3,9
Móveis e eletrodomésticos	2,7	-10,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,8	6,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	6,4	12,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	7,0	32,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,4	17,4
<b>Comércio varejista</b>	<b>2,9</b>	<b>3,3</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	5,7	4,9
Material de construção	7,8	14,3
<b>Comércio varejista ampliado</b>	<b>4,2</b>	<b>4,8</b>

Fonte: PMC/IBGE.

A análise dos dados dessazonalizados mostra que houve alguma perda de fôlego das vendas do varejo no período recente. O crescimento bimestral do varejo restrito (média de dois meses sobre a dos dois meses precedentes) foi de 0,3% e 1% para Brasil e RJ, respectivamente, em dezembro de 2012, mas declinou para 0,1% e 0,4%, respectivamente, em fevereiro. Essa desaceleração ocorre também para o comércio ampliado em nível Brasil (de 0,8% para 0,15%), mas não no Rio de Janeiro, onde o movimento é de aceleração: de -0,1% em dezembro para +0,15% em fevereiro. Destaca-se, dentre os segmentos do varejo, materiais de construção, com variação de 8,5% no bimestre, ante -7,8% no bimestre encerrado em dezembro.

### I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), conforme a PME/IBGE, fechou o primeiro bimestre de 2013 com pequeno crescimento (+0,4%) em relação ao primeiro bimestre de 2012. Este crescimento é inferior ao ocorrido em nível nacional (+2,1%) para o mesmo período. Observando a criação de empregos (pessoas ocupadas na semana de referência), a RMRJ apresentou aumento de postos de trabalho (+1,7%) no período, muito próximo do crescimento observado no país (+2,2%).

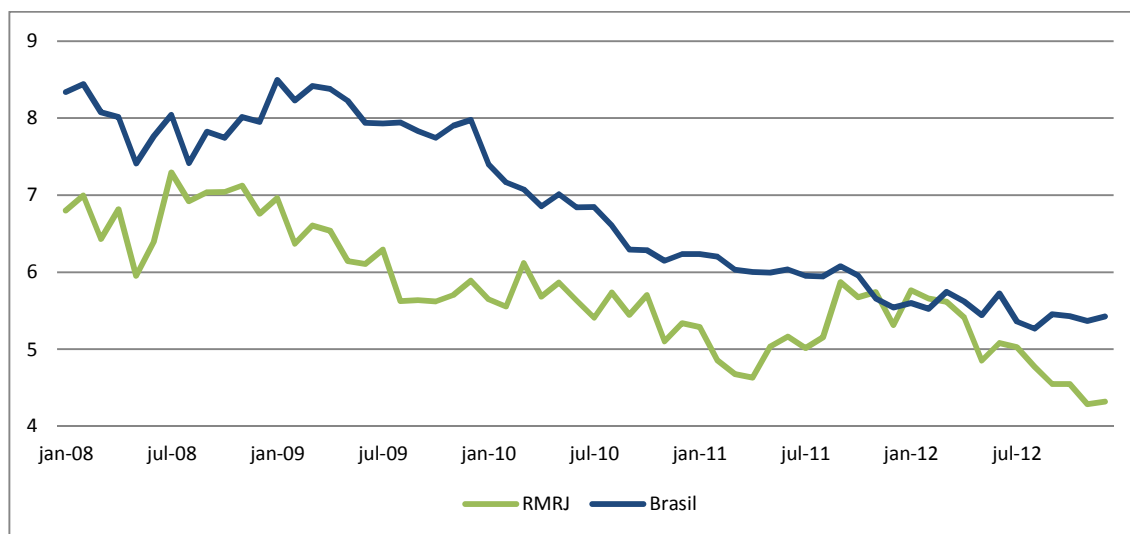
O crescimento dos postos de trabalho na RMRJ foi impulsionado pelas contratações nos 'Outros serviços' (+5,2%); na 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+4,3%); e na 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+4,2%). Os setores de atividade econômica que retraíram foram 'Outras atividades' (-34,5%), corresponde a 1% das atividades; 'Serviços Domésticos' (-3,9%); e 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-0,7%). Considerando o acumulado em 12 meses, em fevereiro de 2013, o Rio de Janeiro apresentou criação de postos de trabalho muito próxima à do país (+1,2% e +1,6%, respectivamente). Neste período, os setores que mais contribuíram com o crescimento na RMRJ foram: 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+4,9%); e na 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+3,5%).

O indicador de posição na ocupação no trabalho principal traz a informação que se manteve o processo de formalização no mercado de trabalho da RMRJ. Os empregos com carteira assinada cresceram (+3,1%) no primeiro bimestre de 2013, frente ao mesmo período do ano anterior; já os empregos sem carteira assinada e por conta própria tiveram aumento mínimo (+0,2%, ambos), resultado da diminuição dos postos sem carteira assinada (-4,3%) e aumentos dos postos por conta própria (+3,5%).

Com o aumento dos postos de trabalho acima do aumento da população economicamente ativa, observa-se a diminuição da taxa de desocupação, com ajuste sazonal, de 5,66% em fevereiro de 2012 para 4,57% em fevereiro de 2013.



**Gráfico 4**  
**Taxa de desocupação com ajuste sazonal (%)**



Fonte: PME/IBGE.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que no primeiro bimestre de 2013 houve desligamentos líquidos no Estado do Rio de Janeiro no total de 14.588 postos. Este resultado é decorrente dos desligamentos usualmente observados no início do ano no setor de comércio. Em contraste com o primeiro bimestre de 2012, quando houve admissões líquidas (18.981), em 2013 os setores de Serviço e Construção Civil não apresentaram admissões líquidas na mesma ordem do ano anterior (-85%). Para o país como um todo, o primeiro bimestre registrou admissões líquidas de 152 mil pessoas, 43,5% a menos que em igual período de 2012.

Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ, a preços de janeiro de 2013, houve aumento real (+4,0%) no primeiro bimestre de 2013, em comparação com o mesmo bimestre de 2012. Este crescimento é superior ao observado no país (+2,1%) para o mesmo período.

#### I.IV Inflação

O IPCA-RJ registrou variação de 0,73% e 0,25% em janeiro e fevereiro deste ano, respectivamente, abaixo das variações registradas para o Brasil, de 0,86% e 0,60% respectivamente. No acumulado do bimestre, a inflação no Rio de Janeiro alcançou 0,98%, índice bem menor que os 2,07% relativos ao mesmo período em 2012, bem como da variação para o país como um todo, de 1,5%. A variação em 12 meses foi de 6,2%, abaixo dos 7,0% registrados no mesmo período de 2012; em nível Brasil, o acumulado em 12 meses até fevereiro foi 6,31%.

A comparação entre Brasil e RJ mostra que as principais diferenças no acumulado do primeiro bimestre estão nos itens Alimentação e Bebidas e Despesas Pessoais, no caso deste último possivelmente refletindo alguma perda de fôlego dos aumentos de preços de serviços.

**Tabela 3**  
**Variação do IPCA sem ajuste sazonal**

Período	RJ		Acumulado 2013		Acumulado 12 meses	
	Jan	Fev	RJ	BR	RJ	BR
<b>Índice Geral</b>	<b>0,73</b>	<b>0,25</b>	<b>0,98</b>	<b>1,47</b>	<b>6,19</b>	<b>6,31</b>
Alimentação e bebidas	1,51	0,88	2,40	3,46	10,54	12,48
Habitação	0,21	-2,04	-1,83	-2,58	5,56	2,87
Artigos de Residência	2,18	0,06	2,24	1,68	1,53	2,31
Vestuário	0,64	-0,82	-0,18	0,02	6,93	5,99
Transportes	0,88	0,26	1,14	1,56	1,94	1,69
Saúde e Cuidados Pessoais	1,00	0,83	1,84	1,38	7,63	6,35
Despesas Pessoais	-0,50	0,26	-0,24	2,12	8,96	10,74
Educação	0,26	5,20	5,47	5,77	6,62	7,52
Comunicação	-0,03	0,10	0,07	0,02	-0,43	0,75

Fonte: IPCA/IBGE.

Em fevereiro o grupo que mais pressionou o IPCA-RJ foi educação 5,20%, contribuindo com 4,75 pontos no índice. A gasolina (4,1%) e o óleo diesel (3,7%) ajudaram a pressionar a inflação, devido ao reajuste de preços autorizado pelo governo. O grupo transportes como um todo registrou uma alta de 0,26% no mês. O grupo Alimentação e Bebidas teve variação de 0,88% e contribuiu com 22,9% do índice. Devido aos problemas climáticos, vários itens apresentaram altas como: feijão carioca (7%), feijão macassar (9,6%), tubérculos, raízes e legumes (13,7%). No entanto, como observado acima, a inflação no RJ tem se mostrado menos intensa que no Brasil como um todo.

O destaque entre os grupos que ajudaram a conter o crescimento da inflação foi habitação, que teve uma variação negativa de 2,0%, influenciada pelo corte nas tarifas de energia elétrica promovido pelo governo federal. Energia teve queda de 15,2% no Rio de Janeiro.

#### **I.V Setor Externo**

**Importações.** Com a entrada em vigor da Resolução do Senado Federal n° 13/2012 no início deste ano e o impacto direto no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as importações em janeiro/fevereiro no RJ registraram um forte crescimento de 50 %, em comparação com o mesmo período do ano passado, sugerindo certa efetividade da política. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os produtos mais importados foram: petróleo e gás natural (143%), outros produtos do refino de petróleo (417%) e máquinas, equipamentos e instalações para uso industrial (252%). Nos últimos 12 meses, o aumento situou-se em 16%, principalmente para as importações de produtos químicos através dos portos do Estado, que cresceu 140% (de US\$ 900 milhões no bimestre). Isto foi seguido por um aumento das importações da indústria extrativa mineral que cresceu 76% e atingiu US\$ 812 milhões.

**Exportação.** O volume de produtos brasileiros enviados ao exterior, por sua vez, sofreu decréscimo acentuado – cerca de -49% de variação no bimestre 2013/2012. Os maiores vilões foram a indústria extrativa mineral (-59,8%) e a indústria química (-53,3%). A exceção foi o material de transporte que





registrou crescimento de 25% no período. No corte dos principais produtos, as reduções aconteceram nos seguintes: petróleo e gás natural (-60%), e óleos combustíveis, inclusive diesel (-64%). Por destino, as exportações decresceram, em janeiro e fevereiro de 2013, em todos os destinos importantes, com destaque daquelas para a Ásia (-53%) e o Nafta (-61%), a exceção é a União Europeia (+1,5%).

## II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais<sup>3</sup> de arrecadação para 2013 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 586/2013, publicada no mês de Janeiro.

### - Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 12.378,95 milhões / 104,5% da meta realizada.

**Tabela 4 – Cumprimento das Metas de Receita  
Bimestrais em 2013**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (JAN - FEV) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - FEV) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
RECITAS CORRENTES <sup>(1)</sup>	10.879,16	11.732,07	107,8%
RECITAS DE CAPITAL <sup>(1)</sup>	970,54	646,88	66,7%
<b>TOTAL</b>	<b>11.849,71</b>	<b>12.378,95</b>	<b>104,5%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No primeiro bimestre de 2013, verifica-se que o total das Receitas Realizadas ficou acima da meta traçada para o bimestre em 4,5% (+ R\$ 529,24 milhões). Este bom desempenho das receitas deve-se às Receitas Correntes, que superaram a meta em R\$ 852,91 milhões (+ 7,8%), uma vez que as Receitas de Capital obtiveram um desempenho inferior ao esperado no período (- 33,3%; - R\$ 323,66 milhões).

<sup>3</sup> As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

## - Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 11.732,07 milhões / 107,8% da meta realizada.

**Tabela 5 – Cumprimento das Metas Bimestrais de  
Receitas Correntes em 2013**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - FEV) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
<b>RECEITAS CORRENTES (1)</b>	<b>10.879,16</b>	<b>11.732,07</b>	<b>107,8%</b>
TRIBUTÁRIA	6.938,03	7.281,74	105,0%
CONTRIBUIÇÕES	213,16	271,46	127,4%
PATRIMONIAL	1.774,04	2.051,74	115,7%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,02	20,5%
INDUSTRIAL	18,04	0,03	0,2%
SERVIÇOS	83,74	104,66	125,0%
TRANSF. CORRENTES	1.057,76	1.029,93	97,4%
OUTRAS	291,13	382,96	131,5%
INTRAORÇAMENTÁRIA	503,19	609,53	121,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas Correntes tiveram uma ótima performance no bimestre, superando a meta em 7,8%. Dentre todas as receitas, as que mais se destacaram, em valores absolutos, foram as Receitas Tributárias e as Receitas Patrimoniais.

As Receitas Tributárias alcançaram R\$ 7.281,74 milhões. Este valor, que corresponde a R\$ 343,71 milhões acima da meta prevista para o bimestre, deve-se a boa arrecadação do ICMS no período (R\$ 5.033,10 milhões).

O ICMS, principal tributo do Estado, tinha como meta bimestral o valor de R\$ 4.813,54 milhões. Atingiu, portanto, 104% do valor estimado para o.

Já as Receitas Patrimoniais, estiveram 15,7% acima da meta. O bom desempenho - deve-se ao acréscimo nas receitas de Petróleo, que totalizaram R\$ 1.961,39 milhões no primeiro bimestre.

*A meta estipulada para o período foi superada pelo bom desempenho das Receitas Correntes, (R\$ 852,91 acima do projetado).*

## - Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 646,88 milhões / 66,7% da meta realizada.

**Tabela 6 – Cumprimento das Metas de Receitas de Capital em 2013**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - FEV) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
<b>RECEITAS DE CAPITAL<sup>(1)</sup></b>	<b>970,54</b>	<b>646,88</b>	<b>66,7%</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	667,93	619,62	92,8%
ALIENAÇÃO DE BENS	63,79	0,00	0,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	36,74	0,00	0,0%
TRANSF. CAPITAL	199,06	12,31	6,2%
OUTRAS	0,19	0,00	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	2,84	14,95	525,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas de Capital apresentaram resultado abaixo da meta no primeiro bimestre de 2013 (- R\$ 323,66 milhões).

As Receitas de Transferências de Capital, Alienação de Bens e de Operações de Crédito foram as principais responsáveis por esse efeito.

Somadas, as três receitas ficaram R\$ 298,84 milhões abaixo do estimado. Em especial, as referentes às Transferências de Capital realizaram apenas 6,2% da meta prevista (R\$ 12,31 milhões), apresentando-se R\$ 186,74 milhões aquém do esperado, em decorrência das diminuições das Transferências dos Convênios da União destinadas ao PAC, conforme item IV.II.

*Em relação à meta estipulada para o primeiro bimestre de 2013, foi expressiva a frustração dos recebimentos de Transferências de Capital (- R\$ 186,74 milhões).*

## **Desembolso do Estado do RJ**

- **Despesa Total Realizada**: R\$ 10.102 milhões / 99,7%<sup>4</sup>

- **Despesa Total Realizada**:

Nos termos do artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 587/2013, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício. Considerando o cenário econômico ainda de incertezas, numa atitude conservadora, 5,09 % do orçamento inicial foram contingenciados. Ao longo do exercício financeiro, o acompanhamento da realização da receita, fundamentado na tendência do exercício, orientará para a liberação gradativa de dotações antes indisponíveis ou para a incorporação de excesso de arrecadação, caso se configure, o que afetará sobremaneira o cronograma inicial.

No bimestre, conforme tabela abaixo, a meta de execução foi estimada em R\$ 10,13 bilhões, dos quais 27,3% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 61,2% a Outras Despesas Correntes. No valor indicado estão incluídos os pagamentos de parte do RP 2012, cujo total inscrito em Custeio e Investimento foi parcelado em até 7 (sete) meses. Nesse primeiro bimestre foram pagos 63,6% desse montante, aí incluído o pagamento da folha de pessoal de competência dezembro/2012 (R\$ 754,58 milhões). A despesa paga no bimestre está próxima à estimada no cronograma, 99,7%, com uma ligeira diferença a menor de R\$ 35 milhões. O valor do RP pago representa 16,4% da meta realizada no bimestre.

---

<sup>4</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparada à meta.

**Tabela 7**
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)\*  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Em R\$ milhões

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO 1º BIM. 2013**	DESP. ORÇAM. REALIZADA 1º BIM. 2013	RP 2012 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA 1º BIM. 2013	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	2.766	2.297	756	3.053	110,4%
OUTRAS DESP. CORRENTES	6.202	5.173	630	5.804	93,6%
INVEST /INVERSÕES	326	137	275	412	126,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	843	833		833	98,8%
<b>TOTAL</b>	<b>10.137</b>	<b>8.442</b>	<b>1.661</b>	<b>10.102</b>	<b>99,7%</b>

\*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

\*\*Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

\*\*\*Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2012.

Na análise por grupo de despesa, o cumprimento da meta foi fortemente induzido pela execução em Pessoal e Encargos Sociais do Estado (+10,4%, ou seja, +R\$ 287 milhões) e em Investimentos e Inversões Financeiras (+26,5%, equivalente a +R\$ 86 milhões).

Cabe salientar, no âmbito dos dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais, as principais funções que cooperaram para a superação da meta planejada: Educação com uma execução de R\$ 479 milhões (21% do total do grupo) e Segurança Pública com R\$ 675 milhões realizados no período (30% do total apurado no grupo).

No tocante aos Investimentos e Inversões observa-se que o montante de Restos a Pagar foi expressivo, praticamente o dobro da despesa realizada no bimestre, no qual a função Desporto e Lazer, por conta das obras do Maracanã, requereu R\$ 104 milhões, ou seja, 76% dos R\$ 134 milhões desembolsados no 1º bimestre.

As Outras Despesas Correntes, responderam por 93,6% do total apurado no bimestre. Observa-se, assim, pequena variação em relação à meta traçada inicialmente: - 6% (R\$ 398 milhões). Ressalta-se ainda que estão aqui inclusos os gastos com a folha de inativos e pensionistas (R\$ 1,56 bilhão) e as vinculações constitucionais, despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas (R\$ 1,83 bilhão), que somadas responderam por 65,82% do total apurado no período.



Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações), no bimestre, apresentaram uma realização abaixo da meta traçada (- 1,2% = R\$ 10 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste boletim.

### III. Resultados Fiscais<sup>5</sup>

#### III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 1.876,59 milhões / +1.189,8%

**Tabela 8 – Resultado Orçamentário**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>I. RECEITA TOTAL (A)</b>	<b>9.770,89</b>	<b>12.378,95</b>	<b>26,7%</b>
<b>I.1 RECEITA CORRENTE</b>	<b>9.224,47</b>	<b>11.122,54</b>	<b>20,6%</b>
I.1.1 Tributária	5.854,84	7.281,74	24,4%
I.1.2 Patrimonial	2.006,81	2.051,74	2,2%
I.1.3 Transferências	941,12	1.029,93	9,4%
I.1.4 Demais Correntes	421,70	759,13	80,0%
<b>I.2 RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>150,00</b>	<b>631,93</b>	<b>321,3%</b>
<b>I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>396,42</b>	<b>624,48</b>	<b>57,5%</b>
<b>II. DESPESA TOTAL (B)</b>	<b>9.625,39</b>	<b>10.502,36</b>	<b>9,1%</b>
<b>II.1 DESPESA CORRENTE</b>	<b>8.749,34</b>	<b>9.372,47</b>	<b>7,1%</b>
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.181,42	4.987,88	19,3%
II.1.2 Demais Correntes	4.161,30	3.950,02	-5,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	406,62	434,57	6,9%
<b>II.2 DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>577,77</b>	<b>567,01</b>	<b>-1,9%</b>
II.2.1 Invest.	257,70	165,21	-35,9%
II.2.1.1 Obras e Instalações	72,16	83,48	15,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	0,14	4,66	3.249,2%
II.2.1.3 Demais Investimentos	185,40	77,06	-58,4%
II.2.2 Inv. Financ.	6,37	3,12	-51,0%
II.2.3 Amort. Dívida	313,70	398,69	27,1%
<b>II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>298,29</b>	<b>562,88</b>	<b>88,7%</b>
<b>RES. ORÇAM. (A-B)</b>	<b>145,50</b>	<b>1.876,59</b>	<b>1.189,8%</b>

Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

O Resultado Orçamentário, proveniente do Balanço Orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

No primeiro bimestre de 2013, o Resultado Orçamentário foi superavitário, uma vez que as Receitas totais superaram as Despesas totais em R\$ 1.876,59 milhões.

<sup>5</sup> O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



Este resultado deveu-se tanto pelas Receitas Correntes, quanto pelas Receitas de Capital. As primeiras apresentaram um valor de R\$ 11.122,54 milhões, superando as Despesas Correntes em R\$ 1.750,07 milhões. Já as Receitas de Capital apresentaram um valor R\$ 64,92 milhões acima das Despesas de Capital.

Em comparação com 2012, as Receitas Correntes apresentaram uma variação positiva de R\$ 1.898,07 milhões (+ 20,6%). Este resultado foi influenciado pela boa performance da arrecadação, espelhada nas Receitas Tributárias. As Receitas de Capital também obtiveram aumento expressivo (+ 321,3%; +R\$ 481,93 milhões). Mais detalhes sobre as receitas na seção IV.II deste boletim.

*O Resultado Orçamentário até fevereiro foi positivo (+R\$ 1.876,59 milhões) devido ao bom desempenho das Receitas Tributárias neste período.*

### III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

**Bimestre: R\$ 2.383,51 milhões / + 197,3%**

**Tabela 9 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)</b>	<b>8.794,93</b>	<b>11.044,31</b>	<b>25,6%</b>
<b>II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)</b>	<b>7.993,34</b>	<b>8.660,80</b>	<b>8,4%</b>
<b>RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)</b>	<b>801,58</b>	<b>2.383,51</b>	<b>197,3%</b>
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	975,97	1.334,64	36,8%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.631,44	1.841,02	12,8%
<b>RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)</b>	<b>-655,48</b>	<b>-506,38</b>	<b>22,7%</b>
<b>RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)</b>	<b>146,11</b>	<b>1.877,13</b>	<b>1.184,8%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Ignorando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário no primeiro bimestre de 2013 foi de R\$ 2.383,51 milhões, 197,3% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Quanto ao RIOPREVIDÊNCIA, seu resultado orçamentário, no primeiro bimestre de 2013, apresentou um déficit de - R\$ 506,38 milhões. Esse déficit é natural no começo do ano, uma vez que parte das Receitas do Estado é destinada ao pagamento da Indenização à União.

Ao compararmos as despesas do RIOPREVIDÊNCIA em 2012 e 2013, podemos constatar que em 2013 houve um aumento de 12,8%

*Os reajustes salariais de algumas categorias impulsionaram o aumento das despesas do RIOPREVIDÊNCIA em 2013.*

(R\$ 209,58 milhões). Esse crescimento não é uma surpresa, uma vez que os reajustes salariais de algumas categorias com grande quantidade de servidores aposentados ocasionaram tal efeito.

### III.III Resultado Primário<sup>6</sup>

**Bimestre: R\$ 1.952,76 milhões / + 252,4%**

**Tabela 10 – Resultado Primário**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
RECETAS TOTAL	9.770,89	12.378,95	26,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	214,52	695,71	224,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	396,42	624,48	57,5%
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)</b>	<b>9.159,96</b>	<b>11.058,77</b>	<b>20,7%</b>
DESPESAS TOTAL	9.625,39	10.502,36	9,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	721,32	833,48	15,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	298,29	562,88	88,7%
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)</b>	<b>8.605,79</b>	<b>9.106,01</b>	<b>5,8%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)</b>	<b>554,17</b>	<b>1.952,76</b>	<b>252,4%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

O resultado primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

O resultado primário, no 1º bimestre de 2013, apresentou o valor de R\$ 1.952,76 milhões. Este valor é reflexo do bom desempenho das receitas primárias frente às despesas primárias. Aquelas apresentaram um valor de R\$ 11.058,77, enquanto estas R\$ 9.106,01.

Em relação à variação do resultado primário entre 2012 e 2013, pode-se perceber que em 2013 o resultado primário foi de R\$ 1.398,59 milhões a mais do que no primeiro bimestre de 2012.

<sup>6</sup> O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



### Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: R\$ 3.015,77 milhões / Diferença: + R\$ 1.383,74 milhões

**Tabela 11 - Resultado Primário excluindo Rioprevidência**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	8.606,37	10.280,76	19,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.974,35	7.264,99	4,2%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.632,03	3.015,77	84,8%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-1.077,25	-1.062,47	1,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Por fim, é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA. Por esta metodologia, verifica-se que o resultado primário é superavitário em R\$ 3.015,77 milhões, enquanto o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA é deficitário em - R\$ 1.062,47 milhões. Pode-se perceber então, o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA que executou despesas a conta do superávit financeiro nos anos anteriores.

## IV. Receita Estadual <sup>7</sup>

Bimestre: R\$ 12.378,95 milhões / + 26,7%<sup>8</sup>

**Tabela 12 – Execução da Receita Estadual**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
REC. CORRENTES	9.224,47	11.122,54	20,6%
REC. CAPITAL	150,00	631,93	321,3%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	396,42	624,48	57,5%
<b>Total</b>	<b>9.770,89</b>	<b>12.378,95</b>	<b>26,7%</b>

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

As Receitas Estaduais totalizaram, no primeiro bimestre de 2013, R\$ 12.378,95 milhões – acréscimo de R\$ 2.608,06 milhões (+ 26,7%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2012.

O resultado positivo é reflexo, principalmente, do aumento da Receita Corrente (+ R\$ 1.898,07 milhões), com destaque para a Receita Tributária, responsável, sozinha, pelo aumento de R\$ 1.426,90 milhões (+24,4%), conforme apresentado a seguir na Seção IV.I.

A Receita de Capital também apresentou um resultado positivo com um acréscimo de R\$ 481,93 milhões (+321,3%), fruto da efetivação de Operações de Crédito realizadas logo no primeiro bimestre do ano, que serão pormenorizadas na Seção IV.II.

*No primeiro bimestre de 2013, as Receitas Correntes e de Capital cresceram R\$ 1.898,07 milhões (+20,6%) e R\$ 481,93 milhões (+321,3%), respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado, com destaque para as Receitas Tributárias.*

<sup>7</sup> Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

<sup>8</sup> As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

#### IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 11.122,54 milhões / +20,6%

**Tabela 13 - Receitas Correntes por Origens**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
TRIBUTÁRIA	5.854,84	7.281,74	24,4%
CONTRIBUIÇÕES	187,15	271,46	45,1%
PATRIMONIAL	2.006,81	2.051,74	2,2%
AGROPECUÁRIA	0,03	0,02	-34,5%
INDUSTRIAL	0,06	0,03	-44,1%
DE SERVIÇOS	27,92	104,66	274,8%
TRANSF. CORRENTES	941,12	1.029,93	9,4%
OUTRAS CORRENTES	206,54	382,96	85,4%
<b>Total</b>	<b>9.224,47</b>	<b>11.122,54</b>	<b>20,6%</b>

Fonte: SIG – Sistema de Informações do Rio de Janeiro, 2013.

As Receitas Tributárias foram o principal destaque com um aumento de 24,4% (+ R\$ 1.426,90 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, o que pode ser considerado muito positivo dado o fraco momento da economia nacional.

Outro destaque foi Outras Receitas Correntes, que obtiveram um acréscimo de 85,4% no bimestre (+ R\$ 176,42 milhões).

A Receita Patrimonial teve um tímido crescimento de 2,2% (+ R\$ 44,93 milhões) no bimestre, reflexo do fraco ritmo da produção de petróleo no Estado.

*No primeiro bimestre de 2013, destacaram-se, dentre as Receitas Correntes, as Receitas Tributárias, crescendo 24,4% (+ R\$ 1.446,90 milhões) quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.*

#### IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.281,74 milhões / +24,4%

Tabela 14 - Receita Tributária

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>5.854,84</b>	<b>7.281,74</b>	<b>24,4%</b>
ICMS	4.162,19	5.033,10	20,9%
Adicional do ICMS	443,95	477,27	7,5%
IRRF	154,04	247,77	60,8%
IPVA	687,16	1.008,77	46,8%
ITD e ITBI	72,17	71,56	-0,8%
Taxas	335,34	443,29	32,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013

A receita oriunda de tributos arrecadada no primeiro bimestre de 2013 cresceu 24,4% (+ R\$ 1.426,90 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de ICMS e IPVA.

#### – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.033,10 milhões / + 20,9%

A arrecadação desse imposto começou com bom desempenho no primeiro bimestre de 2013, apresentando um crescimento de 20,9% (+ R\$ 870,91 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Os setores que se destacaram no bimestre foram Energia Elétrica, Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e Telecomunicações. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

*O crescimento do ICMS (+R\$ 870,91 milhões, +20,9%) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária no primeiro bimestre de 2013.*

**- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):****Bimestre: R\$ 1.088,77 milhões / + 46,8%**

A manutenção do IPI reduzido, ainda que com alíquota superior ao ano passado (0%), mas bem abaixo do IPI historicamente aplicado, manteve o aquecimento do mercado de veículos novos. Por outro lado, a redução do IPI gerou efeito adverso sobre o mercado de usados, aumentando a desvalorização desses veículos. Com base na tabela FIPE é possível observar decaimento de 14% no valor de venda dos carros usados. O impacto na arrecadação do IPVA desses veículos foi suavizado pela redução do desconto no pagamento da cota única, que passou de 10% para 8%.

Assim sendo, a arrecadação de IPVA refletiu o crescimento do licenciamento nesses dois primeiros meses de 2013 nos quais já foram contabilizados R\$ 1.088,77 milhões em arrecadação, 46,8% superior ao mesmo período do ano de 2012. Em parte, esse considerável aumento deve-se a um problema ocorrido em 2012, na mudança de sistemas do IPVA que atrasaram seu pagamento não permitindo o cômputo dentro do bimestre. Além disso, houve aumento no número de pagamentos efetuados em 2013, que demonstram redução da inadimplência do contribuinte. Devido ao seu efeito sazonal significativo, o IPVA se consolida nos quatro primeiros meses do ano, e o impacto de janeiro e fevereiro reflete sobre o ano todo.

**- Imposto de Renda (IRRF):****Bimestre: R\$ 247,77 milhões / + 60,8%**

Houve um aumento da arrecadação de 60,8% (+ R\$ 93,73 milhões), tendo como principal motivo os seguidos aumentos concedidos a diversas classes, entre elas a PMERJ cujo salário base passou a entrar na alíquota de 7,5% para tributação desse imposto.





**– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD)  
e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI):**

**Bimestre: R\$ 71,56 milhões / - 0,8%**

Alterações na legislação<sup>9</sup> e a consequente necessidade de alteração do sistema do ITD prejudicaram, na primeira quinzena do ano, a emissão de Guias de Controle deste imposto. Por esse motivo, a arrecadação neste período apresentou queda de 0,8% em relação ao primeiro bimestre de 2012. Tais alterações ainda estão em curso.

*A arrecadação de ITD no primeiro bimestre de 2013 sofre uma pequena redução (-0,8%) em relação ao mesmo período de 2012.*

**– Taxas:**

**Bimestre: R\$ 443,29 milhões / + 32,2%**

Destaque para as receitas da taxa de controle e fiscalização de trânsito e a taxa de prestação de serviços de trânsito do DETRAN que, juntas, totalizaram R\$ 308,35 milhões no bimestre, representando 70% da receita de taxas.

<sup>9</sup> A lei nº 6.269 de 28 de junho de 2012, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2013, alterou parâmetros de cálculo dos acréscimos moratórios.

**Box 01 - A Resolução 13 e seus impactos**

O Senado Federal editou no ano passado a Resolução nº 13/2012, com o intuito de acabar com a guerra dos portos, que constitui uma das modalidades da chamada guerra fiscal, isto é, a sistemática de concessão de benefícios fiscais sem anuência – que deve ser unânime entre os Estados –, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

No caso específico da guerra dos portos, o objetivo do ente estadual consiste em atrair para si mercadorias importadas, implicando maior arrecadação do ICMS. Sem o benefício fiscal, a escolha de desembarque de mercadorias poderia ocorrer em outro Estado, provavelmente mais perto do mercado consumidor ou em Estados com melhor malha logística.

A Resolução nº 13/2012 pressupõe a aplicação, a partir de 1º de janeiro de 2013, de alíquota interestadual de 4% sobre as mercadorias que possuam conteúdo de importação (o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem) superior a 40%.

As exceções se resumem aos produtos que não possuam similar nacional, definidas em lista do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; mercadorias produzidas em conformidade com os processos produtivos básicos, assim definidos em legislação federal; e o gás natural importado do exterior.

Deve-se ressaltar que a importação de produtos e serviços deve respeitar a diretriz basilar da Organização Mundial do Comércio (OMC) conhecida como princípio do tratamento nacional, isto é, após o desembaraço aduaneiro e o pagamento do imposto de importação, o produto importado deve ter o mesmo tratamento do produto nacional.

É importante destacar que a alíquota do ICMS devida na importação é a interna. A interpretação é que, em primeiro lugar, o estado recebe a mercadoria e apenas posteriormente ocorre o transporte interestadual, no qual se configura o fato gerador da alíquota interestadual. Nessa situação, a alíquota interestadual de ICMS, pode ser 7% e 12% (ou 4% segundo MP 599), dependendo do estado origem, o de destino e se o destinatário for contribuinte do imposto. Caso contrário, se o destinatário não for o contribuinte, incidirá a alíquota interna na origem que, após a PEC 103/2011, pode seguir uma regra parecida da alíquota interestadual para operações entre contribuintes. Essas regras respeitam a não cumulatividade do ICMS, ou seja, o débito gera crédito em operações seguintes.

Basicamente, o prejuízo às finanças dos Estados pode ocorrer de duas formas, a saber: por meio de operações triangulares (aquelas em que uma empresa consignatária importa e representa a empresa destino da mercadoria) e nas operações regulares. A primeira já foi resolvida pelo STF quando decretou que a cobrança do ICMS nessas operações será competência do estado ao qual a mercadoria se destina. A segunda é o alvo da Resolução nº 13/2012 e é a que gera maior prejuízo aos cofres públicos.

Um ente estadual, com intuito de atrair as importações para o porto localizado em seu território, ilegal e deliberadamente concede a uma empresa ou um grupo de empresas a redução da alíquota de ICMS e a possibilidade de obter crédito presumido. Com isso, incide sobre a mercadoria todos seus tributos quando esta adentra o território nacional.

Entretanto, o correto seria que, quando for remetida para outro ente estadual, deveria incidir sobre o produto a alíquota interestadual para o estado-origem e a diferença entre a alíquota interna do estado-destino e a alíquota interestadual. No entanto, em vez disso, a redução de alíquota (para até 0%) com crédito presumido beneficia duas vezes o empresário, uma vez que este não paga ambas as alíquotas e, mesmo não tendo pago o tributo, “recebe” o direito ao crédito do ICMS que pode ser utilizado no pagamento ao estado-origem.

As implicações da promulgação da Resolução nº 13/2012 já podem ser observadas em janeiro e fevereiro de 2013. O Estado do Rio de Janeiro teve um crescimento de 38% no recebimento de mercadorias, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em números absolutos, cerca de um bilhão de bens adicionais adentraram o estado.

Em termos nominais, o Estado do Rio de Janeiro foi o principal destinatário das mercadorias importadas pelo Brasil. Em segundo, Pernambuco com ganho de R\$ 842 milhões. Dentre os demais estados litorâneos, alguns do Norte/Nordeste também obtiveram destaque positivo, são eles: Maranhão (45%), Rio Grande do Norte (41%), Ceará (25%) e Paraíba (22%). Enquanto outros sofreram reduções nas importações: Alagoas (-3%), Bahia (-16%) e Sergipe (-28%).

No Sudeste/Sul se sobressaíram positivamente o RS (53%), Rio (38%) e SP (4%), enquanto que negativamente, PR (-10%), SC (-12%) e ES (-26%). Esses indicadores elucidam que a unificação da alíquota interestadual (em 4%) eliminou algumas distorções.

No entanto, cabe destacar que o efeito não é de todo claro porque, devido às características de sazonalidade da safra de bens agrícolas, alguns valores podem ser mascarados em períodos de comparação curtos. Apenas com uma série histórica mais longa poder-se-á revelar uma percepção mais robusta das implicações da Resolução nº 13/2012.

#### IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 15 - Arrecadação do ICMS em Atividades Econômicas selecionadas (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		part % 2013	var % 13/12
	2012	2013		
Alimentação	166,62	217,48	4,3%	30,5%
Bebidas	261,61	269,38	5,4%	3,0%
Borracha e plástico	33,07	48,34	1,0%	46,2%
Comunicação e informação	77,11	97,89	1,9%	26,9%
Construção civil	132,60	145,45	2,9%	9,7%
Editorial, gráfica e publicidade	19,73	20,68	0,4%	4,8%
Eletroeletrônicos	76,03	110,44	2,2%	45,3%
Energia elétrica	431,36	740,13	14,7%	71,6%
Informática e óptico	30,67	33,49	0,7%	9,2%
Madeira, papel e fumo	110,37	127,79	2,5%	15,8%
Máquinas e equipamentos em geral	41,25	56,43	1,1%	36,8%
Médico-hospitalar e odontologia	29,25	33,34	0,7%	14,0%
Mercados, lojas e magazines	278,20	299,80	6,0%	7,8%
Metalurgia e siderurgia	202,27	194,91	3,9%	-3,6%
Móveis e utensílios	42,36	49,59	1,0%	17,1%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	117,85	146,82	2,9%	24,6%
Petróleo, combustíveis e gás natural	711,59	856,10	17,0%	20,3%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	165,95	181,39	3,6%	9,3%
Química e petroquímica	113,75	154,97	3,1%	36,2%
Telecomunicações	591,09	646,58	12,8%	9,4%
Têxtil e vestuário	203,02	244,56	4,9%	20,5%
Transportes gerais e armazenagem	82,26	102,94	2,0%	25,1%
Veículos automotores	180,11	187,86	3,7%	4,3%
Outras atividades econômicas	64,08	66,73	1,3%	4,1%
<b>Total das atividades econômicas</b>	<b>4.162,19</b>	<b>5.033,10</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,9%</b>

(\*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores de Energia Elétrica, Petróleo, combustíveis e gás natural e Telecomunicações. O setor de Metalurgia e siderurgia foi o único a apresentar uma pequena queda em relação ao mesmo período de 2012. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

**- Energia Elétrica:****Bimestre: R\$ 740,13 milhões / + 71,3%**

O setor de Energia Elétrica apresentou um aumento de 71,3% (+ R\$ 308,77 milhões) na arrecadação no primeiro bimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, refletindo um aumento no consumo e nas tarifas. As atividades econômicas que mais se destacaram neste setor foram a Distribuição de Energia Elétrica que apresentou um crescimento de aproximadamente 49% (+ R\$ 210 milhões) e a Geração de Energia Elétrica, que apresentou um acréscimo de 131% (+ R\$ 43 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2012.

*O aumento no consumo, somado à elevação das tarifas fez aumentar em 71,3% (+ R\$ 308,77 milhões) a arrecadação de ICMS no setor de energia elétrica.*

**- Petróleo, combustíveis e gás natural:****Bimestre: R\$ 856,10 milhões / +20,3%**

Este setor apresentou um aumento de 20,3% (+ R\$ 144,51 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, correspondendo a uma participação de 17% na arrecadação de ICMS do Estado. Os principais responsáveis por tal evolução na arrecadação foram as atividades de importação, - que tiveram um crescimento da ordem de 43,6% (+ R\$ 149,13 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2012 e abrangeram, predominantemente, petróleo leve, bens de capital (como equipamentos para extração) e bens de capital para indústria naval petrolífera -, e as atividades de produção e processamento de gás natural, que cresceram 2.815% (+ R\$ 186,17 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2012 e representam 22,6% do setor. As demais atividades do grupo acabaram por suavizar o acréscimo no setor.

*As atividades de produção e processamento de gás natural cresceram 2.815% (+186,17 milhões) e representaram 22,6% do setor de petróleo, combustíveis e gás natural.*

**- Telecomunicações:****Bimestre: R\$ 646,58 milhões / +9,4%**

O setor apresentou um aumento de 9,4% (+ R\$ 55,49 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2012, sendo que a Telefonia Móvel Celular, que representa 48,2% do grupo, apresentou um aumento de 33,3% e a Telefonia Fixa Comutada, que representa 40% do grupo,



apresentou um aumento de 9,8% (+ R\$ 23 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012.

**- Metalurgia e Siderurgia:**

**Bimestre: R\$ 194,91 milhões / -3,6%**

No bimestre houve uma queda de 3,6% (- R\$ 7,36 milhões) na arrecadação. Tal desempenho foi influenciado pela queda de 58,5% nas importações de produtos laminados planos de aço, que representam 21,5% do grupo. A alta verificada na produção de tubos de aço, que cresceu 293% no período em relação a 2012 e representa 28,4% do grupo, amenizou a queda na arrecadação do grupo.

#### IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

**Bimestre: R\$ 2.051,74 milhões / + 2,2%**

**Tabela 16**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>2.006,81</b>	<b>2.051,74</b>	<b>2,2%</b>
Petróleo	1.761,26	1.961,39	11,4%
Royalties	483,27	517,70	7,1%
Part. Especial	1.277,36	1.443,01	13,0%
FEP	0,63	0,67	6,5%
CFT's	130,03		-100,0%
Aplic. Financeiras	101,95	90,43	-11,3%
Demais Rec. Patrimoniais	13,56	-0,07	-100,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

A receita patrimonial arrecadada no primeiro bimestre de 2013 teve um acréscimo de R\$ 44,93 milhões (+2,2%) em relação ao mesmo período de 2012. Tal acréscimo foi motivado pelas variações positivas nas Receitas de Petróleo, que apresentaram um crescimento tanto na parcela das Receitas advindas dos Royalties, (+ 7,1%) como nas Receitas de Participações Especiais (+ 13,0%).

Observa-se ainda, queda nas demais Receitas Patrimoniais: CFT'S, Aplicações Financeiras e Demais Receitas Patrimoniais. Mesmo com estas reduções, as Receitas Patrimoniais do primeiro bimestre de 2013 obtiveram um valor acima do encontrado em 2012, graças ao bom resultado das Receitas de Petróleo, que foram equivalentes a 95,6% das Receitas Patrimoniais deste período.

– **Petróleo:** as Receitas de Petróleo tiveram um aumento de R\$ 200,12 milhões (11,4%) no comparativo bimestral. Esse crescimento foi motivado, principalmente, pela alta desvalorização do real frente ao dólar (14,3%), visto que o valor do Brent se manteve o mesmo. Quanto à produção, observa-se que houve uma ligeira queda de 0,83 milhões de m³ (-5,3%) frente aos meses de novembro e dezembro de 2011.

Tabela 17

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		var %
	2011	2012	
Produção (milhões de m³)	15,69	14,86	-5,3%
Brent (US\$)	109,32	109,28	0,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,81	2,07	14,3%

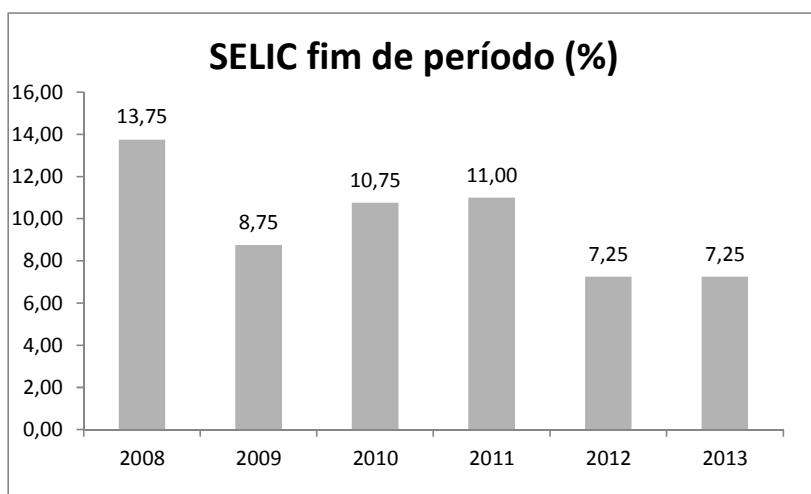
Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º bimestre são apresentados os dados de produção do 6º bimestre de 2012.

- **CFT:** Os CFT'S (Certificados Financeiros do Tesouro), como previsto, não geraram receita neste primeiro bimestre de 2013. Isto porque, pelo acordo firmado, houve uma antecipação do fluxo de receitas para que estes certificados fossem recebidos de modo decrescente a partir de 2011, com o final dos recebimentos em 2012.

– **Aplicações Financeiras:** quando comparadas ao mesmo período de 2012, verifica-se que as aplicações financeiras sofreram uma queda de R\$ 11,52 milhões (-11,3%). Esta queda decorreu, basicamente, da redução da taxa SELIC que vem ocorrendo no Brasil desde 2011. No primeiro bimestre de 2012, a taxa estava fixada em 10,50% ao ano, enquanto que no mesmo período de 2013, a taxa SELIC ficou situada em 7,25%, influenciando significativamente a queda das aplicações financeiras.

Gráfico 5



\* O valor da SELIC em 2013 se refere ao seu valor ao fim do 1º bimestre. Atualmente a taxa está em 7,5%.



#### IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 759,13 milhões / +80,0%

**Tabela 18 – Demais Receitas Correntes**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>DEMAIS RECETAS CORRENTES</b>	<b>421,70</b>	<b>759,13</b>	<b>80,0%</b>
Receita de Contribuições	187,15	271,46	45,1%
Receita Agropecuária	0,03	0,02	-34,5%
Receita Industrial	0,06	0,03	-44,1%
Receita de Serviços	27,92	104,66	274,8%
Multas e Juros de Mora	48,34	88,31	82,7%
Indenizações e Restituições	28,52	15,77	-44,7%
Dívida Ativa	17,89	116,70	552,1%
Receitas Diversas	111,78	162,19	45,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo significativo de 80,0% (+ R\$ 337,43 milhões) no 1º bimestre em relação a 2012, guiadas principalmente pela Receita de Contribuições (+ R\$ 84,31 milhões), Receitas Diversas (+ R\$ 50,41 milhões), Dívida Ativa (+ R\$ 98,80 milhões) e Receita de Serviços (+ 76,73 milhões).

– **Receitas de Contribuições:** Houve aumento de R\$ 84,31 milhões (+45,1%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 271,46 milhões no bimestre, com predominância da arrecadação de Contribuições Sociais de Servidores Cíveis Ativos e Inativos, que totalizaram R\$ 219,71 milhões.

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve um aumento de 45,1% (+ R\$ 50,41 milhões), totalizando R\$ 162,19 milhões no bimestre. A venda de bilhetes de loterias contribuiu com aproximadamente R\$ 47,90 milhões desse total e a manutenção dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça no Banco do Brasil com R\$ 76,39 milhões.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora ainda é



influenciado pelo Programa de REFIS<sup>10</sup> estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece parcelamento, redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011 que tenham sido inscritos no programa até 31 de maio de 2012.

A receita de Dívida Ativa teve um acréscimo significativo de R\$ 98,80 milhões (+552,1%) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 116,70 milhões, sendo a maior parte desta receita, aproximadamente R\$ 97,70 milhões, originada da Dívida Ativa Tributária do ICMS.

Já as receitas de Multas e Juros de Mora tiveram um acréscimo de 82,7% (+ R\$ 39,96 milhões) no primeiro bimestre comparado a mesmo período de 2012, com destaque para as multas e juros de mora relativos ao IPVA, totalizando R\$ 24,34 milhões contra R\$ 8,34 milhões em 2012.

– **Receitas de Serviços:** Houve aumento de R\$ 73,76 milhões (+274,8%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 104,66 milhões no bimestre, com destaque para a receita de Serviços de Juros e Empréstimos que alcançou a arrecadação de R\$ 41,51 milhões, a maior parte proveniente dos Serviços de Juros e Empréstimos do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram uma queda no bimestre de R\$ 12,76 milhões (- 44,7%) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um total de R\$ 15,77 milhões, com destaque para a queda de R\$ 10,44 milhões das restituições relativas às Operações de Crédito Através do Tesouro.

*A receita de Dívida Ativa alcançou a marca de R\$ 116,70 milhões no 1º bimestre de 2013, composta, principalmente, da receita da Dívida Ativa Tributária do ICMS.*

<sup>10</sup> Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.

#### IV.I.3.1 Receita de Transferências

**Bimestre: R\$ 1.029,93 mil / +9,4%**

**Tabela 19 – Receita de Transferências**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>941,12</b>	<b>1.029,93</b>	<b>9,4%</b>
Transf da União	495,18	537,95	8,6%
FPE	183,26	207,84	13,4%
IPI exp	99,85	145,20	45,4%
IOF	0,00	0,01	67,2%
CIDE	22,73	0,09	-99,6%
SUS	90,02	97,91	8,8%
Salário Educação	83,23	86,31	3,7%
Lei Kandir	14,30	0,00	-100,0%
Outras Transf. da União	1,78	0,59	-66,7%
FUNDEB	430,66	474,17	10,1%
Convênios	15,22	17,80	16,9%
Outras Transf. Corr.	0,06	0,00	-92,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

O total arrecadado de Receita de Transferências apresentou aumento de 9,4% (+R\$ 88,81 milhões) no 1º bimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012. As receitas cujo desempenho foi determinante para esse aumento foram o IPI-EXP, o FUNDEB e o FPE, com aumento de 45,4% (+R\$ 45,35 milhões), 10,1% (+R\$ 43,51 milhões) e 13,4% (+R\$ 24,57 milhões), respectivamente.

As Transferências da União, no 1º bimestre de 2013, representam 52,2% do total das Receitas de Transferências. O aumento no referido grupo foi de 8,6% (+R\$ 42,78 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. No bimestre, os repasses de FPE e IPI-EXP foram as principais transferências feitas pela União, representando 65,6% deste total.

As receitas do FUNDEB apresentaram aumento de 10,1% (+R\$ 43,51 milhões) no bimestre. Esse aumento deriva-se do crescimento da arrecadação das receitas estaduais de ICMS e IPVA. Juntas, essas duas receitas dão origem a cerca de 90% das receitas do FUNDEB.

#### IV.1.3.2 Transferências da União

Em relação ao mesmo bimestre de 2012, a receita desse grupo sofreu aumento de 8,6% (+R\$ 42,78 milhões). No que tange a essas receitas, os repasses referentes ao FPE, IPI Exportação e SUS são as mais significativas, representando 83,8% do total recebido no bimestre.

– **FPE<sup>11</sup>**: Com arrecadação de R\$ 207,84 milhões no bimestre, esta receita apresentou um crescimento de 13,4% (+R\$ 24,57 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IR, uma vez que houve queda no IPI. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O bom desempenho bimestral do Imposto de Renda deve-se principalmente ao aumento de arrecadação do IRPJ em janeiro, influenciado pelo crescimento da arrecadação do imposto por estimativa, principalmente por parte das empresas ligadas ao setor financeiro.

Houve, também, crescimento da receita de IRRF-Rendimentos do Trabalho decorrente da variação da massa salarial habitual, ainda que tenha havido decréscimo em parte dessa arrecadação pela mudança na forma de tributação dos programas de distribuição de

*O Imposto de Renda foi o responsável pelo bom desempenho do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.*

<sup>11</sup> Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro e fevereiro de 2013. Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensaljan13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalfev13.pdf>

lucros e resultados das pessoas jurídicas. Soma-se a esse desempenho, o aumento do IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior a título de royalties e assistência técnica e rendimentos do trabalho-residentes no exterior.

–**IPI-EXP:** Apresentou acréscimo de 45,4% (+R\$ 45,35 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve, além do aumento de 5,78% do coeficiente de participação<sup>12</sup> do Estado do Rio de Janeiro no IPI-Exportação, a um desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012 o que fez reduzir expressivamente a arrecadação líquida de IPI da União. Esta redução atípica em 2012 acaba por não retratar a queda na arrecadação de IPI em 2013, principalmente do IPI-Automóveis (alteração na tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012), do IPI-Vinculado à Importação (queda na alíquota média efetiva) e IPI-Outros (desoneração dos produtos da linha branca e do setor de móveis - decretos 7.631/11 e 7.705/12 prorrogada pelo decreto 7.796/2012).

–**CIDE:** O decreto 7.764/12 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso explica a queda de 99,6% (-R\$ 22,64 milhões) na receita dessa contribuição do bimestre, em relação ao mesmo bimestre de 2012. O valor recebido no bimestre ( R\$ 0,09 milhões) é residual.

– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. Até o presente momento, esse valor não foi repassado aos Estados, devido a atrasos na aprovação do orçamento da União. Consequentemente, essa transferência apresentou decréscimo de 100% (-R\$14,30 milhões) no bimestre, em comparação a janeiro e fevereiro de 2012.

*A queda de 99,6% na CIDE demonstra, mais uma vez, o impacto da desoneração tributária nas receitas estaduais.*

<sup>12</sup> O Tribunal de Contas da União calcula anualmente o coeficiente de participação dos Estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de dez por cento incidente sobre a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI). No ano de 2013, a participação do Rio de Janeiro alcançou 18,978515%, 5,78% maior que no ano de 2012 (17,941439%).

## IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 631,93 mil / +321,3%

**Tabela 20 – Receitas de Capital**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %
	2012	2013	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>150,00</b>	<b>631,93</b>	<b>321,3%</b>
Operações de Crédito	72,23	619,62	757,8%
Alienação de Bens	4,13	0,00	-100,0%
Amortiz. de Empréstimos	36,20	0,00	-100,0%
Transf. de Capital	37,44	12,31	-67,1%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013

As Receitas de Capital apresentaram aumento expressivo de 321,3% (+R\$ 481,93 milhões) nesse bimestre, em relação ao mesmo período de 2012, devido ao aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 547,38 milhões.

Na Receita de Operações de Crédito, esse aumento de 757,8% justifica-se por receitas recebidas nas contas Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo (Programas Pró-Cidades, Pró-Invest e Pró-Copa) concentrando 87,0% das Operações de Crédito.

*Com o aumento das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.*

As Transferências de Capital apresentaram decréscimo de 67,1% (-R\$ 25,12 milhões) no bimestre. A queda concentra-se, principalmente, na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão. Em comparação com o mesmo período em 2012, as transferências do PAC sofreram queda de 70,62% (-R\$ 20,59 milhões) no bimestre.

## V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

### V.I - Despesa Total

O ERJ liquidou no 1º bimestre de 2013 R\$ 10,89 bilhões, um acréscimo de 16,82% em relação ao ano de 2012, conforme Tabela 21. Parte desse crescimento deve-se à expansão das vinculações constitucionais que acompanham a evolução da receita e das despesas intraorçamentárias (+88,70%, ou seja, +R\$ 264,59 milhões), fato este decorrido da nova programação financeira implementada junto ao RIOPREVIDÊNCIA.

Ressalta-se que a partir deste ano, as transferências para o FUNDEB não estão sendo contabilizadas como despesa. Elas estão sendo deduzidas diretamente na receita. Por este motivo, para fins de comparação, ao longo deste boletim, apresentamos o FUNDEB de forma separada.

**Tabela 21**

Em R\$ Milhões

Despesas Liquidadas - 1º Bimestre			
	2012	2013	Var. %
Intraorçamentária	298,29	562,88	88,70%
s/ intraorçamentária	8.260,61	9.375,27	13,49%
Fundeb*	768,21	956,76	24,54%
<b>Total</b>	<b>9.327,11</b>	<b>10.896,24</b>	<b>16,82%</b>

*A despesa liquidada neste primeiro bimestre representa uma execução de 16,3% em relação ao orçamento disponível de R\$ 66,6 bilhões.*

### V.II - Créditos adicionais

No 1º bimestre, a dotação orçamentária autorizada pela Lei nº 6.380/2013 (dotação inicial – R\$ 72,74 bilhões) aumentou em R\$ 856,07 milhões, sendo 89,93% deste valor (R\$ 769,86 milhões) oriundos de duas Operações de Crédito. A primeira operação foi autorizada pelo Decreto Nº 44.039/2013 para o Programa Coordenado de Investimentos – PROCIOI, suplementando as ações nº 1, 4 e 5 da Tabela 22 abaixo. Já a segunda operação, autorizada pelo Decreto Nº 44.046/2013, está voltada para a ação nº 3 - Copa e Olimpíadas.

As principais ações supridas por créditos adicionais encontram-se na tabela abaixo:

**Tabela 22**

Em R\$ Milhões

10 maiores valores líquidos de Créditos Adicionais*		
Ações Governamentais	UO	Créditos Adicionais
1-Implantação de Projetos de Infraestrutura	SEOBAS	457,81
2-Restituições Recursos de Terceiros	EGE-SEFAZ	150,00
3-Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016	SETRANS	110,00
4-Reforma do Complexo do Maracanã	SEOBAS	102,10
5-Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	SEOBAS	100,00
6-Serviço de Comunicação e Divulgação	CASA CIVIL	49,64
7-Autoridade Pública Olímpica - APO	CASA CIVIL	39,33
8-Realização de Atividades Esportivas	SEC. ESPORTES	18,05
9-Ampl e Modernização das Instalações do TCE-RJ	TCE-RJ	17,80
10-Aperfeiçoamento e Manutenção da Infraestrutura	SEEDUC	16,00
<b>Subtotal</b>		<b>1060,73</b>
<b>Demais</b>		<b>-204,66</b>
<b>Total</b>		<b>856,07</b>

\* descontados os cancelamentos de dotação



### ➤ Despesas Financiadas com Operações de Crédito

Considerando o volume de Operações de Crédito que vem sendo contraído pelo Estado nos últimos anos, destacamos, neste item, as despesas financiadas com estes recursos.

Em 2013, a dotação prevista soma R\$ 6,88 bilhões, distribuída conforme Tabela 23 ao lado.

A maior parte do valor previsto a ser contratado, R\$ 4,91 milhões, ou seja, 71,3% do volume previsto para o exercício, está direcionada para a promoção de investimentos necessários em urbanismo e transporte para todo ERJ: R\$ 3,06 bilhões buscam atender, principalmente, aos projetos de desenvolvimento dos municípios do Estado; de recuperação de áreas atingidas por desastres ambientais; do PAC; dentre outros, e R\$ 1,85 bilhão visa atender sobretudo as obras de expansão da Linha 1 e construção da Linha 4 do Metrô.

**Tabela 23**

Dotação de Operações de Crédito		
INVERSÕES FINANCEIRAS	Administração	18.000.000
	Agricultura	17.300.000
INVERSÕES FINANCEIRAS - TOTAL		35.300.000
INVESTIMENTOS	Administração	40.042.000
	Agricultura	28.035.000
	Assistência Social	62.260.932
	Cultura	117.512.448
	Desporto e Lazer	263.102.985
	Encargos Especiais	150.000.000
	Essencial à Justiça	3.939.180
	Gestão Ambiental	106.893.153
	Indústria	110.402.000
	Saneamento	669.574.978
	Segurança Pública	384.169.313
	Transporte	1.845.746.132
	Urbanismo	3.059.846.658
INVESTIMENTOS - TOTAL		6.841.524.779
TOTAL GERAL		6.876.824.779

### V.III - Despesas por Fonte

As despesas liquidadas pelo Tesouro, neste primeiro bimestre, alcançaram R\$ 6,97 bilhões, representando um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período de 2012. Tais execuções foram financiadas, principalmente, por recursos provenientes de Impostos (FR 00), R\$ 4,65 bilhões (+9,7%), e por receitas dos Royalties (FR 04), R\$ 1,40 bilhão.

A variação significativa da despesa financiada com FR06 (+R\$ 487,42 milhões) ocorreu com o pagamento da dívida, despesa realizada com outras fontes em 2012.

A despesa liquidada com recursos provenientes de Operações de Crédito foi bem superior à apurada no último ano, R\$ 60,55 milhões contra R\$ 1,38 milhão em 2012. Desse montante, R\$ 47,08 milhões foram destinados à Reforma do Complexo do Maracanã e R\$ 9,51 milhões para obras de contenção de encostas e recuperação dos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, na Região Serrana.

**Tabela 24**

DESPA POR FONTE DE RECURSO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1º BIM. 2012 / 1º BIM. 2013

R\$ Milhões			
DISCRIMINAÇÃO	1º BIM. 2012	1º BIM. 2013	VAR %
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>6.094</b>	<b>6.969</b>	<b>14,4%</b>
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	4.240	4.649	9,7%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	178	87	-51,2%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.425	1.397	-2,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	5	2	-60,5%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	42	529	1161,3%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	44	37	-14,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	1	61	4278,8%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	154	208	34,5%
DEMAIS FONTES*	6		-100,0%
<b>RECURSOS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>2.166</b>	<b>2.406</b>	<b>11,1%</b>
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	1.798	2.012	11,9%
CONVÊNIOS**	13	15	15,9%
FUNDEB (FR 15)	318	308	-3,3%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	1	3	274,5%
DEMAIS FONTES***	36	69	88,2%
<b>TOTAL SEM FUNDEB</b>	<b>8.261</b>	<b>9.375</b>	<b>13,49%</b>
FUNDEB	768.215	956.758	24,54%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.029</b>	<b>10.332</b>	<b>14,43%</b>

\* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / \*\* FRS 12, 13, 14, 16, 18, 19 / \*\*\*FRS 23, 24, 96, 97, 98, 99  
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

As despesas executadas a partir de Recursos de Outras Fontes totalizaram, neste primeiro bimestre, R\$ 2,41 bilhões, apresentando



um aumento de 11,1%. Elas foram financiadas, em sua maioria, por recursos provenientes da arrecadação própria dos órgãos e entidades: R\$ 2,01 bilhões realizados neste início de exercício.

A comparação entre os exercícios 2012 e 2013 pode ser observada na Tabela 24.

#### V.IV Despesas por Grupo

A classificação econômica da despesa pública possibilita a análise do impacto das ações governamentais no Estado. De acordo com o art. 12 da Lei 4.320/1964, a despesa orçamentária é classificada, de acordo com a categoria econômica, em corrente e capital. A Tabela ao lado apresenta a descrição dos gastos do ERJ segundo a categoria e o grupo de despesas.

As variações ocorridas em cada grupo são detalhadas nos itens a seguir.

O gráfico abaixo demonstra a variação que cada grupo de despesa apresentou no 1º bimestre nesses dois últimos anos.

**As obras do Estádio do Maracanã já ultrapassaram a marca de 92% de conclusão. Com um prazo de entrega à FIFA estimado para o próximo dia 24 de maio, o estádio em breve contará com 100% de capacidade de operação.**

**Tabela 25**

DESPESAS POR GRUPO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADA

R\$ MIL				
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	1º BIM. 2012	1º BIM. 2013	VAR %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.148.138	2.537.340	18,12%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.568.217	1.915.701	22,16%
	1.2 - OUTROS PODERES	579.920	621.638	7,19%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	406.621	434.573	6,87%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.128.084	5.836.344	13,81%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	647.337	771.779	19,22%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	562.584	673.291	19,68%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	84.753	98.488	16,21%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.625.454	1.825.051	12,28%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	2.855.294	3.239.513	13,46%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.352.536	1.292.995	-4,40%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.502.758	1.946.518	29,53%
	4 - INVESTIMENTOS	257.702	165.207	-35,89%
CAPITAL	4.1 - PODER EXECUTIVO	230.696	154.138	-33,19%
	4.2 - OUTROS PODERES	27.006	11.068	-59,01%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS			-
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6.367	3.117	-51,05%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	313.697	398.688	27,09%
TOTAL Sem FUNDEB		8.260.609	9.375.269	13,49%
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB		768.215	956.758	24,54%
TOTAL com FUNDEB		9.028.824	10.332.027	14,43%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE  
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012

## ➤ Despesas de Pessoal

A despesa do grupo de Pessoal e Encargos Sociais somou, neste período, o montante de R\$ 2,53 bilhões, que, ao ser comparado com o mesmo período do ano anterior, exibe um crescimento de 18,12%, ou seja, +R\$ 389,2 milhões, conforme exposto na Tabela 25.

Assim, para melhor averiguação da adição acima explanada, a Tabela 26 apresenta os órgãos que mais se destacaram no período.

Na Educação ocorreu um crescimento de 18,15% (+R\$ 59,56 milhões), deste montante 17,99% (R\$ 57,29 milhões) representam a SEEDUC e a diferença ocorreu no DEGASE.

Na SEEDUC, em relação ao 1º bimestre do ano anterior, o aumento se reflete no reajuste salarial de 14,11% referente à antecipação do programa Nova Escola que estava previsto para terminar no ano de 2015, além da regularização do pagamento da gratificação de enquadramento por formação. Já no DEGASE o aumento dos gastos em pessoal (+R\$ 2,27 milhões) se deu pelo ingresso de 500 funcionários concursados e pelo reajuste salarial de 4,5% no mês de Junho de 2012.

O aumento dos gastos na Secretaria de Segurança Pública (30,08%) deu-se, principalmente, pela antecipação do reajuste salarial concedido inicialmente de forma parcelada, no período de fev/2013 a dez/2014 e pelo aumento do auxílio moradia (Lei Estadual 6.162/2012), que passou a ser fixado em 107,5% do soldo para todos, independentemente da graduação.

A antecipação do reajuste na área de segurança promoveu acarretou um incremento imediato de 22% no vencimento da carreira

Em relação ao crescimento de 172,2% (+R\$ 93,99 milhões) ocorrido na Fazenda, R\$ 84,50 milhões deste montante foram utilizados para pagar primeira parcela da Prestação Pecuniária Eventual (PPE) que é estabelecida pela superação da meta traçada de arrecadação para pagar aos Fiscais, despesa não ocorrida no 1º bimestre de 2012 por não terem cumprido a meta planejada. Além disso, em meados de 2012 ingressaram 280 novos auditores fiscais e fazendários, respondendo ao aumento da folha salarial.

**Tabela 26**

### DESPESAS DE PESSOAL

#### PRINCIPAIS ÓRGÃOS

Órgãos	1º Bim. 2012	1º Bim. 2013	VAR %
Secretaria de Estado de Fazenda	54.419.525	148.413.463	172,72%
Secretaria de Estado de Segurança	427.637.588	556.259.860	30,08%
Secretaria de Estado de Educação	328.184.755	387.751.191	18,15%
Secret de Est de Administração Penitenciária	51.325.566	58.017.149	13,04%
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	132.883.118	149.493.328	12,50%
Secretaria de Estado do Ambiente	17.599.321	19.535.425	11,00%
Outros Órgãos	1.136.087.727	1.217.869.440	7,20%
<b>Total</b>	<b>2.148.137.599</b>	<b>2.537.339.858</b>	<b>18,12%</b>

No que diz respeito aos órgãos relacionados à Ciência e Tecnologia, houve um crescimento de 12,50% (+R\$ 16,61 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2012: destaque para a FAPERJ, FAETEC e UERJ que motivaram este crescimento. Somados os gastos destas instituições, R\$ 16,39 milhões foram executados. O aumento dos gastos com pessoal na FAPERJ em 15,50% se justifica pelo crescimento de gratificação de encargos especiais 60% e pelos novos funcionários concursados de nível superior e nível médio. O incremento de 13,69% (+ R\$7,27 milhões) no grupo pessoal da FAETEC é refletido pelo reajuste de 4,5% na folha e o ingresso de pessoal concursado ao longo de 2012. Em relação a UERJ, o aumento foi de R\$ 7,74 milhões (+12,61%), decorrente da entrada de novos profissionais através de concurso realizado para professores, médicos e técnico universitário superior (bibliotecário, assistente social, analista de sistemas e outros).

#### ➤ Outras Despesas Correntes

No grupo de Outras Despesas Correntes, conforme demonstrado na Tabela 25, observa-se um considerável crescimento de 13,8% (+R\$ 708,26 milhões) em relação ao primeiro bimestre de 2012.

Tal variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento das Transferências Obrigatórias (+13,5%), repasses estes que acompanham a evolução da arrecadação de receita do Estado, e pelo crescimento das Despesas de Custeio (+19,2%), estando aqui incluídas as aplicações de recursos em importantes programas sociais e na saúde pública do ERJ.

A Tabela 27 apresenta as maiores ações realizadas no bimestre. Dentre as ações elencadas, merece destaque a Operacionalização do Bilhete Único, apresentando um custo de R\$ 60,09 milhões no 1º bimestre de 2013. O repasse feito pelo Fundo Estadual de Transportes para a empresa RIOCARD, que administra a utilização do benefício, alcançou a importância dos R\$ 10 milhões semanais, contra R\$ 8 milhões no período de 2012. O aumento do repasse foi o resultado do crescimento significativo na utilização do Bilhete Único (+16,3%) totalizando neste 1º bimestre 62.435.422 transações.

Voltadas para a saúde pública em todo ERJ, as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), a Gestão Compartilhada Parcial e Integral em

**Tabela 27**

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

AÇÕES	EM R\$ MIL		
	1º Bim/2012	1º Bim/2013	% VAR
Apoio às Ações de Saúde (Manut. Hospitais, OS, UPAs, Gestão Compart.)	62.355	113.574	82,1%
Operacionalização do Bilhete Único	54.027	60.090	11,2%
Ações dos Demais Poderes	84.753	98.488	16,2%
Incentivo ao Esporte*	8.579	18.986	121,3%
Aluguel Social + Renda Melhor	9.570	32.608	240,7%
FAPERJ - Apoio a pesquisadores	27.927	21.105	-24,4%
Demais despesas de custeio	400.126	426.929	6,7%
<b>SUBTOTAL CUSTEIO</b>	<b>647.337</b>	<b>771.779</b>	<b>19,2%</b>
<b>INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	<b>1.625.454</b>	<b>1.825.051</b>	<b>12,3%</b>
<b>TRANSF. OBRIGATÓRIAS</b>	<b>2.855.294</b>	<b>3.239.513</b>	<b>13,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.128.084</b>	<b>5.836.344</b>	<b>13,8%</b>

\*Rio 2016 e Realização de Eventos Esportivos

**Desconsideradas as despesas com vinculações constitucionais e aquelas destinadas à Previdência, as Despesas de Custeio do ERJ totalizam R\$ 771,78 milhões no bimestre.**

Unidades Próprias e, partir deste ano, a transferência da gestão de parte dos hospitais para as Organizações Sociais (OS), representam importantes ações desenvolvidas pelo Governo e buscam proporcionar à população atendida maior qualidade nos serviços prestados. No 1º bimestre de 2013, o ERJ direcionou R\$ 113,57 milhões para estas ações. Da variação de R\$51,21 milhões (82,1%), R\$24 milhões foram destinadas as OS, despesas anteriormente realizadas com pessoal.

### ➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Como indicado na Tabela 25, no 1º bimestre de 2013 foi executado um montante de R\$ 168,31 milhões em Investimentos e Inversões Financeiras.

**Tabela 28**

Vale salientar a participação da Secretaria de Estado de Obras, cujas ações representam 74,15% (R\$ 122,50 milhões) das despesas realizadas neste grupo. Deste valor, R\$104,73 milhões destinaram-se às obras de reforma do Maracanã. Em 2012, as despesas realizadas com o Maracanã tiveram execução mais expressiva a partir do segundo semestre.

Principais Ações	1º BIM. 2012	1º BIM. 2013	VAR %
Reforma do Complexo do Maracanã	-	104.732.022	-
Recup Reg. Serrana	-	12.638.948	-
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	623.665	8.087.568	1196,78%
Apoio a Entes para Ações de Saúde	-	4.562.152	-
Impl Rest,Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	139.267.697	-	-
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	28.732.698	-	-
Apoio aos Municípios	16.205.840	-	-
Construção de Unidades Habitacionais	11.247.544	-	-
Outras Ações	67.990.856	38.302.717	-43,66%
<b>TOTAL</b>	<b>264.068.300</b>	<b>168.323.406</b>	<b>-36,26%</b>

Na Recuperação da Região Serrana, foram aplicados R\$ 12,64 milhões, destinados à reconstrução de pontes; estabilização de taludes, margens de rios e encostas; recuperação de rodovias, ruas, acessos, calçadas e outros equipamentos urbanos danificados pela catástrofe.

***A despesa liquidada, neste primeiro bimestre, em Investimentos e Inversões financeiras foi de R\$168,32 milhões.***

Na área de Educação, a ação de Apoio a Núcleos de Pesquisa e Tecnologia (R\$8,09 milhões) apresentou expressivo aumento frente ao 1º bimestre de 2012, com despesas realizadas pela FAPERJ.

## V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ<sup>13</sup>, FECAM<sup>14</sup> e FEHIS<sup>15</sup>

A Constituição Federal, com o objetivo de assegurar os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento da educação e da saúde, estabeleceu percentuais mínimos a serem aplicados em tais áreas.

Os Artigos nº 198 e 212 da Carta, determinam, respectivamente, com base nos recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado, que 12% sejam aplicados em ações e serviços públicos de saúde e 25% em educação.

No âmbito estadual, outras três importantes vinculações foram estabelecidas: o Artigo 332 da Carta Magna determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei nº 1.060 de 1986 vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; e a Lei nº 4.056, responsável por instituir o Fundo Estadual de Combate a Pobreza e às Desigualdade Sociais - FECP, destina 10% de seus recursos ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 29 apresenta a execução parcial dos índices neste primeiro bimestre de 2013.

O acompanhamento destes resultados ao longo do ano, bem como sua apresentação neste Boletim de Transparência, assume fins de planejamento e controle no cumprimento de tais importantes obrigações do Estado.

Neste exercício houve uma importante mudança em relação à contabilização do FUNDEB para o índice da Educação: os registros contábeis dos recursos aplicados no Fundo passam a ser realizados por contas redutoras na receita, não mais havendo a realização da despesa entre os programas de trabalho “Perda Líquida” (parcela

**Tabela 29**

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA

EM R\$

PERÍODO	JAN- FEV 2012	JAN- FEV 2013	Var. %
<b>EDUCAÇÃO</b>			
RECEITA BASE	4.445.628	5.527.026	24,32%
DESPESA LIQUIDADADA*	974.093	1.274.651	30,86%
FUNDEB**	768.215	956.758	24,54%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	1.111.407	1.381.756	24,32%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>21,91%</b>	<b>23,06%</b>	<b>5,25%</b>
<b>SAÚDE</b>			
RECEITA BASE	4.445.624	5.527.019	24,32%
DESPESA LIQUIDADADA***	247.126	297.995	20,58%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	533.475	663.242	24,32%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>5,56%</b>	<b>5,39%</b>	<b>-3,01%</b>
<b>FAPERJ</b>			
RECEITA BASE	2.632.758	3.287.087	24,85%
DESPESA LIQUIDADADA	44.291	31.218	-29,52%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	52.655	65.742	24,85%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>1,68%</b>	<b>0,95%</b>	<b>-43,55%</b>
<b>FECAM</b>			
RECEITA BASE	1.695.183	1.891.247	11,57%
DESPESA LIQUIDADADA	3.383	9.939	193,82%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	84.759	94.562	11,57%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,53%</b>	<b>163,36%</b>
<b>FEHIS</b>			
RECEITA BASE	445.188	480.641	7,96%
DESPESA LIQUIDADADA	11.429	13.760	20,40%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	44.519	48.064	7,96%
<b>% ÍNDICE</b>	<b>2,57%</b>	<b>2,86%</b>	<b>11,52%</b>

\* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO INSCRITOS NOS ÚLTIMOS 5 EXERCÍCIOS

\*\* Valor pela Conta Redutora em 2013

\*\*\* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde  
SIG/SIAFEM

<sup>13</sup> FAPERJ- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

<sup>14</sup> FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

<sup>15</sup> FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



aplicada pelo Estado nos municípios) e o “Retorno do FUNDEB” (aplicação direta do Estado pela Secretaria de Educação). Desta forma, o valor realizado neste bimestre, R\$956,75 milhões, corresponde à aplicação total do Estado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

A SEEDUC mantém a execução dos recursos provenientes da FR15 (FUNDEB) na função Educação, decorrentes do montante que compete à aplicação direta do Estado.

### ➤ Educação

Neste primeiro bimestre de 2013, a despesa liquidada na manutenção e desenvolvimento do ensino alcançou R\$1,27 bilhão, um aumento de 30,86% em relação primeiro bimestre de 2012.

A folha de pagamento acumulada no 1º bimestre deste ano apresentou aumento de 61,37% comparativamente ao mesmo período de 2012, conforme demonstrado na Tabela 30.

Tal variação ocorreu como consequência das liquidações de algumas despesas pontuais como abono de férias, contribuições patronais, despesas de exercícios anteriores e gratificações que não ocorreram no mesmo período de 2012.

Nas despesas de custeio, a maior parcela destinou-se à manutenção das unidades escolares (R\$7,31 milhões) e ao pagamento de auxílio-transporte e alimentação aos servidores (R\$5,2 e R\$4,1 milhões, respectivamente).

### • Educação - Outras Fontes de Recursos

Neste item apresenta-se a execução da despesa na função Educação financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizada para fins de apuração do Índice Constitucional.

Comparativamente à execução do primeiro bimestre de 2012, conforme demonstrado na Tabela 31, a despesa do Estado com o Salário-Educação (FR 05) apresentou uma redução de 60,5% (-R\$ 3,08 milhões), em decorrência do ritmo de

**Tabela 30**

Aplicação na Função Educação

Em R\$

Grupo de Despesa	2012	2013	Var. %
Pessoal	168.197.029	271.418.180	61,37%
Outras Desp. Correntes	805.744.776	1.003.138.962	24,50%
Custeio	37.530.004	46.380.681	23,58%
FUNDEB*	768.214.772	956.758.281	24,54%
Investimento	173.785	157.156	-9,57%
RP Cancelado	22.415	63.760	184,45%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>974.093.175</b>	<b>1.274.650.538</b>	<b>30,86%</b>

SIG/SIAFEM

\* Em 2013 a perda líquida e o retorno passaram a se contabilizados pela conta redutora

**Tabela 31**

FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOUREO	1º BIM. 2012	1º BIM. 2013	VAR %
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	5.106.670	2.016.695	-60,5%
RECURSOS PRÓPRIOS	1.880.570	3.496.053	85,9%
CONVÊNIOS	2.174.636	1.687.745	-22,4%
FUNDEB	318.225.002	307.589.014	-3,3%
SUS	806.080	1.905.795	136,4%
<b>TOTAL</b>	<b>328.192.958</b>	<b>316.695.301</b>	<b>-3,5%</b>

\* Em 2013 a perda líquida e o retorno passaram a se contabilizados pela conta redutora

execução mais lento no início do ano, em virtude do período de férias escolares onde o fluxo de alunos é mais baixo.

Cabe destacar a aplicação dos recursos do FUNDEB, que embora menor em relação a 2012 (-R\$ 10,63 milhões), tem aplicação relevante. Tais recursos destinam-se principalmente à folha de pessoal e pagamento de auxílios transporte e qualificação.

Outra parcela do total liquidado em 2013, com as demais Fontes de Recurso na Função Educação, corresponde à fonte 25 (SUS), que foi totalmente executada pela UERJ. Tais recursos foram utilizados para liquidar, basicamente, as despesas relativas à operacionalização do Hospital Pedro Ernesto.

#### ➤ Saúde

O primeiro bimestre de 2013 exibiu um significativo aumento das despesas do Estado em ações direcionadas para a saúde pública: +20,58% (R\$ 50,83 milhões), conforme demonstrado na Tabela 32.

Vale destacar as despesas referentes ao Grupo Outras Despesas Correntes, que, em relação ao primeiro bimestre de 2012, apresentou variação de 100,67% (+R\$ 57,93 milhões), dos quais R\$ 14,3 milhões foram aplicados na forma de incentivo financeiro para ajudar no custeio e manutenção das UPA's 24 horas localizadas em diversos municípios, tais como: Rio Bonito, Itaguaí, São João de Meriti, Teresópolis, Resende, Angra dos Reis, Três Rios, Araruama, Belford Roxo, Cabo Frio, Itaperuna, Macaé, Nilópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Volta Redonda e Barra Mansa.

Outro projeto incentivado neste bimestre foi a Gestão Compartilhada Parcial em Unidades Próprias. Dos R\$39,36 milhões direcionados para esse projeto, R\$14,09 milhões foram aplicados na Organização Social de Saúde Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, que executou ações e serviços de saúde nas unidades de terapia intensiva e semi-intensiva do Hospital Estadual Albert Schweitzer, e R\$25,26 milhões foram gastos na Organização Social de Saúde Pró-Saúde (Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar), que realizou serviços de saúde no Hospital Estadual Rocha Faria e nas unidades de terapia intensiva no Hospital Estadual Carlos Chagas.

**Tabela 32**  
Aplicação na Função Saúde

Em R\$

Grupo de Despesa	2012	2013	Var. %
Pessoal	185.096.056	177.336.962	-4,19%
Outras Desp. Correntes	57.547.664	115.480.526	100,67%
Investimento/inversões	4.346.507	4.562.152	4,96%
Amortização	171.024	615.274	259,76%
RP Cancelado	35.267		-100,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>247.125.984</b>	<b>297.994.914</b>	<b>20,58%</b>

SIG/SIAFEM

***A Pró-Saúde é uma Organização Social de Saúde que atua por intermédio de parceria com o Governo do ERJ no gerenciamento de unidades de saúde, visando ao atendimento humanizado e de excelência, com compromisso na otimização dos recursos públicos e na sustentabilidade.***

## Outras Ações de Saúde em Destaque no 1º Bimestre de 2013

**Novo Centro Estadual  
de Transplantes - no  
Hospital São Francisco  
de Assis - Tijuca**

Inaugurado em fevereiro de 2013, o novo serviço conta com um centro cirúrgico, cinco salas, aparelhos de ponta e nove leitos de UTI. A unidade será a primeira do governo do estado dedicada à realização de transplantes de rim e fígado, neste primeiro momento, e depois, de pâncreas.

**Autorizado o  
transplante de Tecido  
Músculo-Esquelético  
no Hospital Dona Lindu**

O Hospital Dona Lindu é a primeira unidade da rede estadual a receber autorização do Ministério da Saúde para este tipo de transplante. Essa conquista amplia a capacidade de realizar procedimentos complexos que envolvem perdas ósseas e lesões ligamentares graves.

**Operacionalização das  
UPAS 24H próprias por  
meio de OS**

A OSS Instituto dos Lagos-Rio realizou R\$ 23.493.778 com os serviços de saúde nas unidades UPAS 24 horas de Marechal Hermes, Bangu, Niterói, São Gonçalo, Ricardo de Albuquerque e de Realengo.

### • Saúde - Outras Fontes de Recursos:

Neste item se apresentam as despesas financiadas com recursos de Outras Fontes.

**Tabela 33**  
**FUNÇÃO SAÚDE**

FR - FONTES NÃO TESOIRO	1º BIM. 2012	1º BIM. 2013	VAR %
10 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.516.584	3.656.931	141,13%
13 - CONVÊNIOS	11.220	-	-100,00%
23 - CONTRATOS INTRAORÇAMENTARIO GESTAO DE SAUDE	1.053.905	20.155.895	1812,50%
25 - SUS	34.270	1.270.132	3606,25%
<b>TOTAL</b>	<b>2.615.980</b>	<b>25.082.958</b>	<b>858,84%</b>

\* Exclui despesas intra-orçamentárias

\*\* Posição extraída no SIG no dia 18/03/2013.

A Fonte 23 - Contratos Intra-orçamentários de Gestão de Saúde apresenta uma significativa variação: acréscimo de R\$19,10 milhões neste primeiro bimestre, dos quais R\$ 14,56 milhões correspondem aos salários de pessoal regidos pela CLT, referentes aos concursados da Fundação Estatal dos Hospitais de Urgência e Emergência que estão sendo incorporados nos quadros da saúde.

Neste 1º bimestre, destaca-se a variação da FR 25 (SUS) R\$1,24 milhão. Deste montante, R\$ 1 milhão foi direcionado ao Apoio às UPAS 24hs dos municípios de Araruama e de Cabo Frio (R\$ 500 mil para cada município).

Na FR 10 (recursos diretamente arrecadados), a variação foi decorrente da desapropriação de imóveis realizada pelo Instituto



Vital Brazil para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial no valor de R\$ 2 milhões.

➤ **FAPERJ**

Nos dois primeiros meses de 2013, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro cobriu diversas ações de apoio à pesquisa. No total, foram liquidados R\$31,03 milhões com recursos do Tesouro, valor este 29,8% inferior ao do mesmo bimestre de 2012.

Conforme demonstrado na Tabela 34, na ação Desenvolvimento Estudos e Pesquisa da FAPERJ, houve decréscimo de R\$15,24 milhões em relação ao período de 2012. No entanto, o alto valor verificado no último ano foi consequência da execução de parcelas de editais lançados no ano anterior.

Na ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores houve menor volume de despesa liquidada de bolsas concedidas, com redução de 41,7% (- R\$ 4,87 milhões).

Por outro lado, a FAPERJ executou no primeiro bimestre de 2013 R\$ 14,36 milhões na ação Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, valor superior ao apurado em 2012, atendendo, assim, às duas primeiras parcelas do Edital n.º 28 que favorece os pesquisadores nas despesas de custeio (R\$ 6,28 milhões) e investimento (R\$ 8,08 milhões), como por exemplo, aquisição de equipamentos necessários para atender aos projetos de pesquisa, e o edital n.º 29 relativo ao grupo multi-institucional e DCTR – Desenvolvimento Científico Tecnológico Regional.

Ainda neste período, a FAPERJ custeou o auxílio financeiro a bolsistas e pesquisadores em produtividade acadêmica da CECIERJ.

Em relação às Outras Fontes de Recursos, a despesa liquidada a partir da FR 10 (recursos próprios), neste 1º bimestre, foi relevante na ação Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, atendendo a despesa com devolução do saldo remanescente do Convênio FAPERJ/CNPQ-PRONEX (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência) e na FR 13 (Convênios) despesas com bolsas do convênio FAPERJ/INMETRO.

**Tabela 34**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JAN-FEV 2012/2013 (LIQUIDAÇÃO)

Fonte: Tesouro (00)

UO	PROJETO/ATIVIDADE	1º Bimestre de 2012	1º Bimestre de 2013	VAR %
FAPERJ	Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	200.000	-	-100,0%
	Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	1.264.012	14.369.552	1036,8%
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	48.764	219.002	349,1%
	Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	1.982.160	2.061.999	4,0%
	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	1.482.028	904.900	-38,9%
	Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	1.551.393	38.000	-97,6%
	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	18.503.309	3.257.012	-82,4%
	Apoio ao Pesquisador na Empresa	36.480	15.340	-57,9%
	Despesas Obrigatórias	-	32.949	
	Pessoal e Encargos Sociais	731.979	812.281	11,0%
	Inovação Tecnológica	4.872.238	1.138.579	-76,6%
	Apoio a Estudantes e Pesquisadores	11.683.005	6.806.535	-41,7%
	Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	646.897	4.422	-99,3%
	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	1.182.847	1.376.071	16,3%
Total Geral		44.185.111	31.036.643	-29,8%

Outras Fontes (10-13)

UO	PROJETO/ATIVIDADE	1º Bimestre de 2012	1º Bimestre de 2013	VAR %
FAPERJ	Apoio a Estudantes e Pesquisadores	40.296	122.780	204,7%
	Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	221.363	-	-100,0%
	Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	8.936	202.094	2161,6%
Total Geral		270.595	324.874	20,1%

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano apresentou, neste primeiro bimestre, uma realização de R\$ 9,93 milhões, valor superior ao constatado do mesmo período do último exercício financeiro, conforme apresentado na Tabela 29.

As ações relacionadas com o Controle de Inundações foram as mais representativas com 67,45% do total liquidado no período. As áreas atendidas com tais ações foram a Região Serrana, com R\$3,4 milhões, e a Baixada Fluminense, com R\$ 3,3 milhões, somando R\$ 6,7 milhões.

Dentro de tais ações, além da intervenção direta nas bacias hidrográficas das regiões, também há o auxílios pagos à população atingida, como indenizações e aluguel social.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, responsável por garantir os recursos necessários para o financiamento de programas e projetos de habitação no Estado, executou nestes primeiros meses R\$13,76 milhões, valor 20,40% superior ao do mesmo período de 2012.

As principais ações do Fundo em 2013 estão relacionadas ao pagamento de Aluguel Social, a cargo da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que desembolsou R\$13,56 milhões no período.

As principais áreas atendidas foram a Região Serrana, seguida de Niterói, Mangueiras e Complexo do Alemão, e por último São Gonçalo.

## VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

### VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ publicou a Resolução nº 592, de 06 de fevereiro de 2013, a qual estabeleceu a Cota Financeira para o longo do ano de 2013. A liberação da Cota Financeira nas Outras Fontes de Recursos superou as Fontes de Recursos do Tesouro em R\$ 3.725 milhões (26% do total dos recursos liberados), conforme demonstra o Gráfico 6. Tal distribuição ocorreu diferentemente a do ano anterior, cuja maior liberação ocorreu nas Fontes de Recursos do Tesouro. O fato da liberação das Outras FR ser maior que as FR do Tesouro deve-se, em grande parte, aos recursos oriundos das contratações de operações de crédito (empréstimos).

Gráfico 6

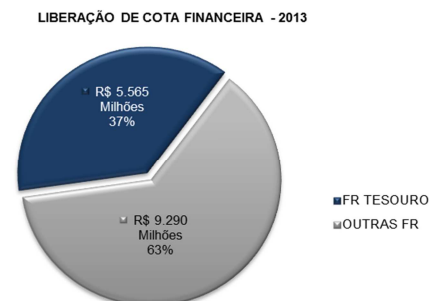
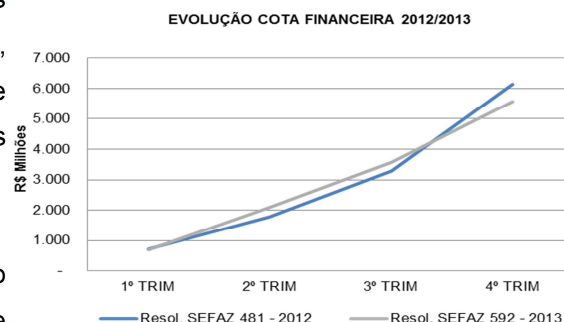


Gráfico 7



O Gráfico 7 evidencia que a distribuição da Cota Financeira das Fontes de Recursos do Tesouro foi praticamente a mesma, comparando o ano de 2012 com o ano corrente. Apesar do montante de 2013 ser inferior ao de 2012, a Secretaria de Fazenda liberou mais recursos até o terceiro trimestre desse ano.

O índice de utilização da Cota Financeira até o primeiro bimestre do ano corrente, nas FR do Tesouro, se apresenta elevado, praticamente 70%, enquanto nas outras FR, o mesmo índice ficou em torno de 28%. Comparando-se o percentual de utilização das FR do Tesouro com as Outras FR ratifica-se a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro em detrimento dos demais recursos. Os números disponibilizados na Tabela 35 evidenciam esse fato: o percentual liquidado nas fontes de recurso do Tesouro é superior a das Outras FR em, aproximadamente, 67%.

Tabela 35

#### ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ FEVEREIRO DE 2013

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	992	475	484	333	256
FR - Outras	777	84	270	76	71
<b>Total geral</b>	<b>1.770</b>	<b>559</b>	<b>754</b>	<b>409</b>	<b>328</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	47,82%	98,10%	70,16%	68,83%	77,00%
FR - Outros	10,82%	31,16%	90,85%	28,31%	93,17%
<b>Total geral</b>	<b>31,57%</b>	<b>74,13%</b>	<b>73,28%</b>	<b>54,32%</b>	<b>80,02%</b>

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Fev/2013

As áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) utilizaram de forma ágil sua cota financeira relativa às FR do Tesouro, com destaque para a área de Saúde, a qual utilizou praticamente 100% de sua cota. No tocante a liquidação, todas as áreas foram céleres e liquidaram percentual elevado dos seus empenhos até o 1º bimestre de 2013. Destaque para área de Educação que converteu 97,53% de suas despesas liquidadas em Programações de Desembolso emitidas (Tabela 36).

Tabela 36

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ FEVEREIRO DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	R\$ MILHÕES DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	87	20	21	19	16
SAÚDE	299	150	96	96	43
SEGURANÇA	89	31	34	28	23
DEMAIS ÁREAS	517	274	332	189	174
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>992</b>	<b>475</b>	<b>484</b>	<b>333</b>	<b>256</b>

Fonte: SIG e SATE  
Obs: Posição acumulada até Fev/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	22,93%	93,21%	97,53%	90,91%	81,23%
SAÚDE	50,00%	155,40%	64,21%	99,78%	45,25%
SEGURANÇA	34,81%	91,84%	91,62%	84,14%	80,31%
DEMAIS ÁREAS	52,99%	82,45%	69,00%	56,89%	92,20%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>47,82%</b>	<b>98,10%</b>	<b>70,16%</b>	<b>68,83%</b>	<b>77,00%</b>

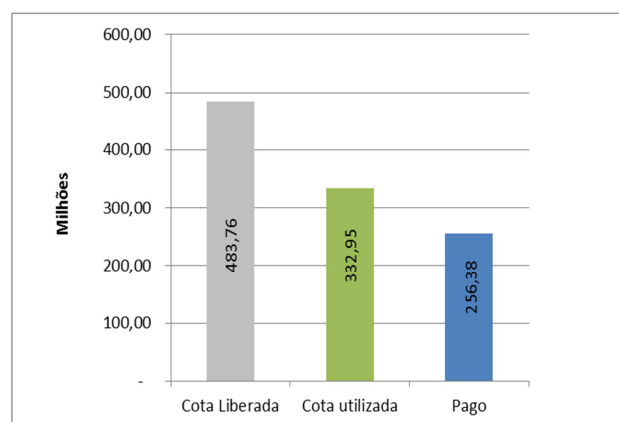
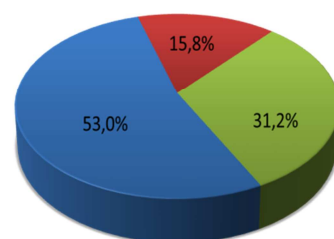
Fonte: SIG e SATE  
Obs: Posição acumulada até Fev/2013

O Tesouro Estadual quitou 77% das Programações de Pagamento emitidas. Dentre as áreas prioritárias, destaque para as áreas de Educação e Saúde, onde cerca de 80% das PD's emitidas no primeiro bimestre do corrente ano foram honradas.

Como pode se observar no Gráfico 8, do total da Cota Financeira liberada para o 1º bimestre de 2013, os órgãos estaduais utilizaram 68,8% desse montante. Verifica-se que apenas 15,8% do total de recursos utilizados ainda não foram honrados pelo Tesouro Estadual, evidenciando a celeridade dos pagamentos.

Gráfico 8

CF paga CF utilizada não paga CF não utilizada



## VI.2 Pagamento de PD's

No primeiro bimestre de 2013, o prazo médio praticado no pagamento das Programações de Desembolso emitidas pelos órgãos, foi de 5 dias após a emissão das mesmas, sendo 5 dias para as áreas prioritárias e 5 dias para as áreas não prioritárias. A Secretaria de Estado da Fazenda alcançou, neste bimestre, a redução do prazo dos pagamentos quando comparado ao mesmo período do ano de 2012.

O Tesouro Estadual, neste bimestre, evidenciou sua agilidade através da adimplência de 98% das PD's em até 20 dias (Gráfico 9). Apenas 7 (sete) PD's foram adimplidas após 21 dias das suas respectivas datas de emissão, e consolidam um montante de, aproximadamente, R\$ 16 mil.

Esta celeridade corrobora a política da qualidade executada pelo Tesouro do Estado, que tem como meta a celeridade e a transparência na execução de seus pagamentos.

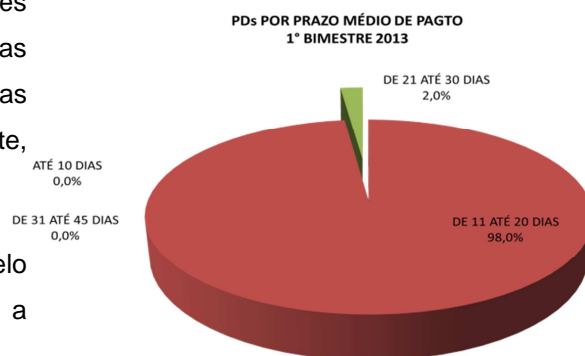
Tabela 37

**PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's**  
1º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	5
NÃO PRIORITÁRIAS	5
MÉDIA GERAL	5

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 9

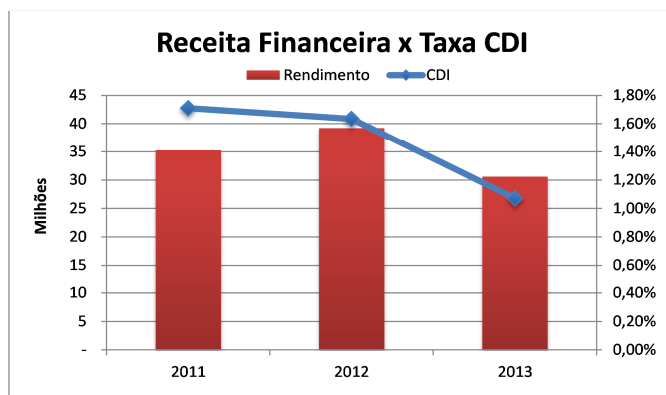


## VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Para cumprir a meta dos rendimentos financeiros do exercício estipulada pela LOA, o Tesouro Estadual adota o conceito de saldo médio<sup>16</sup> para a administração de seu Fluxo de Caixa. Essa medida auxilia a tomada de decisão sobre a alocação dos recursos, objetivando assim maximizar a receita financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Os fundos exclusivos fazem parte da estratégia tecida pelo Tesouro para atingir esse objetivo, e seu desempenho tem atendido as expectativas, sendo que, no primeiro bimestre de 2013, obtiveram uma rentabilidade média acima de 101,2% do CDI. Além disso, cabe destacar que tais Fundos possuem uma taxa administrativa entre 0,10% e 0,15% ao ano, muito abaixo das praticadas no mercado.

Gráfico 10



<sup>16</sup> Optou-se pelo emprego de um modelo simples para o cálculo do saldo médio, cuja autoria é de Merton Miller e Daniel Orr.

O Comitê de Política Monetária (COPOM), em sua primeira reunião do ano, manteve a taxa SELIC em 7,25% a.a, dando continuidade ao ciclo de manutenção da taxa básica de juros. Em suma, a desaceleração da economia brasileira no segundo semestre de 2012, o cenário adverso da economia mundial e a perspectiva que esse cenário permaneça ao longo de 2013, está direcionando o Banco Central na manutenção da taxa de juros.

Mesmo assim, no 1º bimestre de 2013, a receita financeira do Tesouro Estadual teve queda de 22,6%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo que a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - benchmark) teve uma queda de 37,6% nesse mesmo período. Fato que pode ser justificado pela queda da taxa SELIC, que no mesmo período de 2012, estava em 10,50% a.a.

A previsão de receita financeira estabelecida na Lei Orçamentária Anual<sup>17</sup> (LOA) de 2013 é de R\$ 225,4 milhões, sendo que 14% deste valor foi realizado no 1º bimestre de 2013.

Gráfico 11

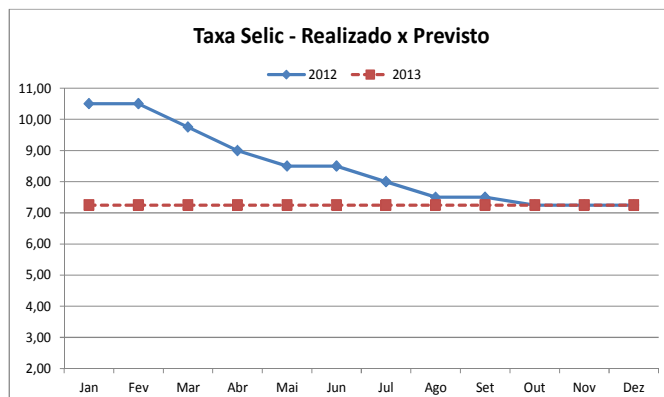
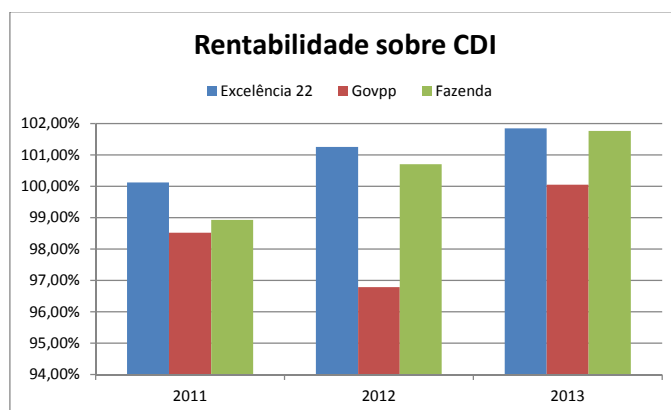


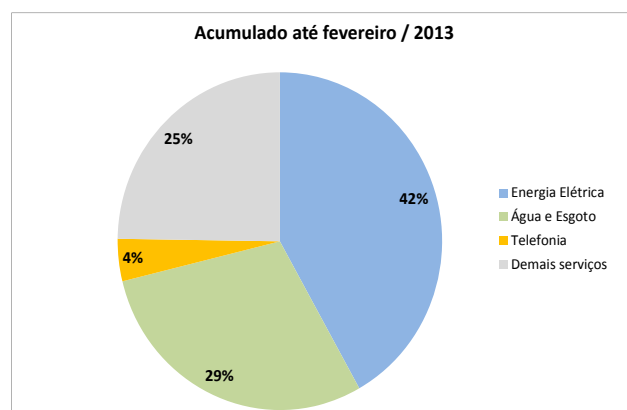
Gráfico 12



#### VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro e fevereiro de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 10,2 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 40%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 29%, para serviços de água e esgoto; 4%, para serviços de telefonia; e, 24,5%, para demais serviços

Gráfico 13



<sup>17</sup> Lei .6.380, de 09 de janeiro de 2013.



Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações, no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 292 milhões<sup>18</sup> neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 43,7 milhões, ou seja, 14%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais<sup>19</sup>, abarca<sup>16</sup> concessionárias.

Considerando o 1º bimestre de 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 47,8 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 9 milhões, ou seja, 18,8% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (81,2%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analisando o 1º bimestre, verifica-se que o Fundo de Apoio à Escola Técnica do Est. do RJ (FAETEC), a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), juntos, são responsáveis por 63,5% do montante faturado em janeiro/fevereiro – desse grupo foi quitado, apenas, 8,5% do total faturado.

<sup>18</sup> Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

<sup>19</sup> Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.

Gráfico 14

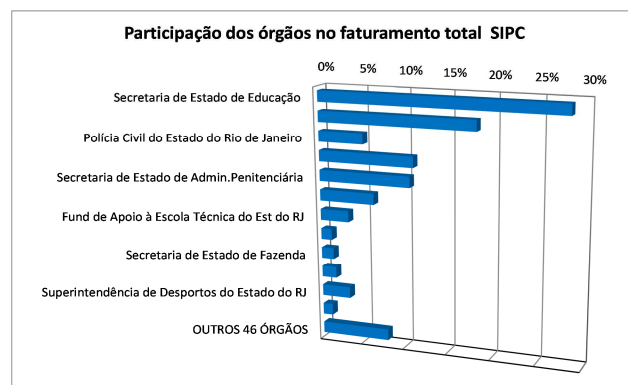
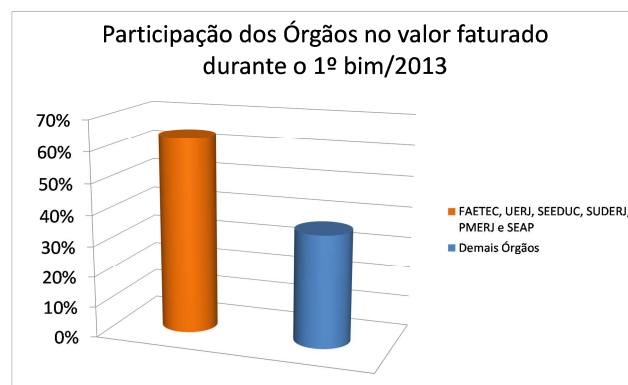


Gráfico 15



Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo dos órgãos que honram os seus compromissos em tempo hábil, quais sejam: Centro de Tecn. de Informação e Comum. do Estado do RJ (PRODERJ), Inst. de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) e Inst. Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA).

#### VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 1º bimestre de 2013, verifica-se um aumento global de 2,4%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em janeiro e fevereiro de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 10,5 milhões, sendo R\$ 9,3 milhões de demanda contratada e R\$ 1,2 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, a partir deste ano de 2013 esses serviços passaram a ser prestados, em sua totalidade, pela Oi/Telemar (em anos anteriores a Intelig também prestou este tipo de serviço, tendo encerrado o mesmo por término contratual em dezembro do ano passado). Observa-se que, nestes primeiros dois meses de 2013, a média do faturamento foi de R\$ 1,2 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, a média de faturamento mensal foi de R\$ 98 mil, considerando o mesmo período.

Em relação aos serviços de água e esgoto, no 1º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 19 milhões com os serviços de água e esgoto. Vale observar que só a CEDAE compreende a 86,6% do total faturado para este tipo de serviço.

No que tange aos Restos a Pagar (RP) de 2012, a Coordenação Acompanhamento de Pagamentos de Concessionárias manteve-se diligente nos pagamentos, quitando todo valor inscrito em RPP (R\$ 53 milhões) a favor das concessionárias de serviços essenciais.

Tabela 38

FAVORECIDOS		R\$ mil
		1 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A		73.462
AGUAS DE NITEROI S.A		1.146.071
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA		93.907
AGUAS DO IMPERADOR S/A		104.876
AGUAS DO PARAIBA S/A		911.121
CEDAE		17.298.493
AGUAS DE JUTUNAIBA S/A		185.017
PROLAGOS S/A		70.147
SAAE/B. MANSA		27.497
SAAE/V. REDONDA		61.469
TOTAL FATURADO		19.972.060

Obs.: O valor de SAAE/VR refere-se apenas ao consumo de janeiro, pois a fatura de fevereiro ainda não foi recebida.

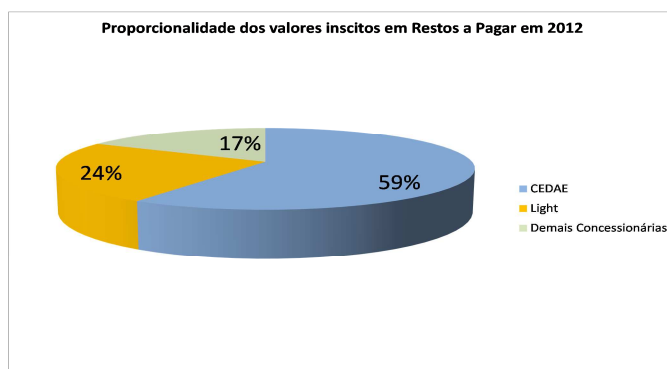


Ressalte-se que a maior parte deste total (83%) foi de serviços prestados pela CEDAE e Light.

## VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no primeiro bimestre de 2013.

**Gráfico 16**



## VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

### Precatórios

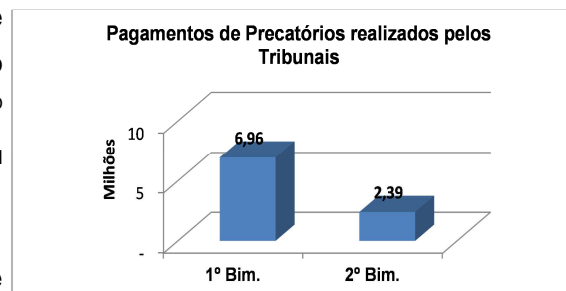
De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

Assim, nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos dos precatórios no montante de R\$ 9,35 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

**Gráfico 17**





No 1º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 2,09 milhões em pagamentos de sete acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

### Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 1º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 402 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 14,03 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal<sup>20</sup>.

**Tabela 39**

PAGAMENTOS DE RPV - 1º BIM. 2013		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JANEIRO	96	690.356,01
FEVEREIRO	306	13.340.001,47
<b>TOTAL</b>	<b>402</b>	<b>14.030.357,48</b>

### Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 1º bimestre de 2013, o montante de R\$ 25,47 milhões.

<sup>20</sup> O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

## VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispendio com a dívida pública

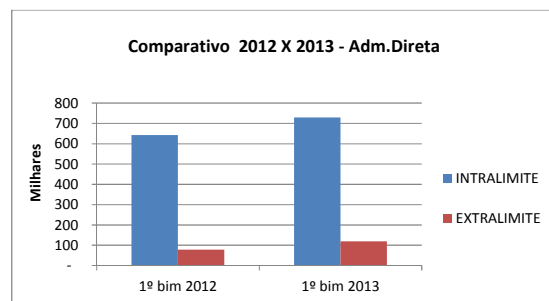
O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º bimestre de 2013, R\$ 848,80 milhões com o serviço da dívida <sup>21</sup>. A importância desembolsada foi 17,8% superior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação decorreu do início do pagamento de juros dos contratos firmados em 2012.

Do total pago no 1º bimestre de 2013, R\$ 729,39 milhões foram referentes à dívida intralimite <sup>22</sup>, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 69,34 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro <sup>23</sup> Estadual alcançou apenas R\$ 1,13 milhão, 65,1% superior em relação ao 1º bimestre de 2012. Essa diferença ocorreu devido aos pagamentos das dívidas da CEASA-RJ e do parcelamento judicial do IVB com o laboratório Cristália que passaram a integrar a dívida consolidada do Estado do Rio de Janeiro.

**Gráfico 18**



<sup>21</sup> Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

<sup>22</sup> Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

<sup>23</sup> A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 40

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	1º bím 2012			1º bím 2013			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	313.519	406.518	720.037	413.225	434.513	847.738	17,74%
INTRALIMITE	261.537	381.214	642.751	331.826	397.561	729.387	13,48%
EXTRALIMITE	51.982	25.304	77.286	81.399	36.952	118.351	53,13%
INTERNA	44.057	20.642	64.700	72.139	27.187	99.326	53,52%
EXTERNA	7.925	4.662	12.586	9.260	9.765	19.025	51,15%
ADM. INDIRETA HONRADA	601	83	684	928	140	1.068	56,14%
TOTAL	314.119	406.602	720.721	414.153	434.653	848.806	17,77%
<b>Informações complementares:</b>							
Valor devido intra-limite	233.618	381.214	614.832	262.484	397.540	660.023	7,35%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	261.537	381.214	642.751	331.826	397.540	729.366	13,48%
Diferença incorporada no resíduo	(27.919)	-	(27.919)	(69.342)	-	(69.342)	148,37%

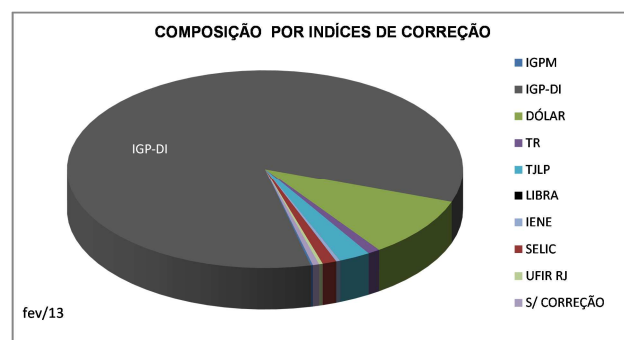
Valores pagos a preços correntes.

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 51,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido ao pagamento da comissão de financiamento e taxa de gastos de avaliação do contrato firmado junto à CAF, destinado ao financiamento do Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do RJ e ao início do pagamento dos juros do contrato firmado junto ao BIRD, destinado ao Programa de Desenvolvimento Social, Econômico e de Sustentabilidade do ERJ II – PRODESF II. Ressalta-se, contudo, que este montante representa apenas 2,2% do total do serviço pago.

## Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre de 2013, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 71,67 bilhões, 14,7% maior que no mesmo período do ano anterior. Explicado, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI<sup>24</sup> e pelo ingresso de recursos oriundos das operações de crédito firmadas em 2012.

Gráfico 19



<sup>24</sup> Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 84,15% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um acréscimo, no bimestre, de 0,95% e 0,32% respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 1º bimestre fechou em 0,97% (IGP-DI de dez/12 e jan/13) e nos últimos 12 meses (de fev/12 a jan/13) em 8,12%.

O estoque da dívida interna cresceu 11,33%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento foi devido à variação positiva do IGP-DI e pelo ingresso de recursos de operações que se encontram em fase de desembolso.

**Tabela 41**

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2012 X 2013			
	1ºBim_2012	1ºBim_2013	Δ %
<b>DÍVIDA FUNDADA TOTAL</b>	62.500.601	71.671.614	14,67%
<b>INTERNA</b>	59.597.039	66.347.360	11,33%
Dívida com a União	59.597.039	66.347.360	11,33%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
<b>EXTERNA</b>	2.844.985	5.230.567	83,85%
Com Aval do Tesouro Nacional	2.842.353	5.227.548	83,92%
Mobiliária	2.632	3.019	14,71%
<b>ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)</b>	58.578	93.688	59,94%
<b>DÍVIDA FINANCEIRA</b>	62.500.601	71.671.614	14,67%
<b>RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI</b>	31.445.892	34.586.815	9,99%
<b>RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR</b>	1,99	2,07	4,26%

Valores a preços correntes

Já o estoque da dívida externa, que corresponde a 7,3% do total da dívida financeira, encerrou o 1º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 5,23 bilhões, ou seja, 83,9% superior ao 1º bimestre de 2012, justificada pela variação dólar no período e pelo ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 93,69 milhões, representando um aumento de 59,94% em relação ao saldo verificado no exercício de 2012. Este aumento ocorreu em função da inclusão da dívida da CEASA<sup>3</sup>, e do parcelamento judicial do IVB junto ao Laboratório Cristália na dívida consolidada do Estado do Rio de Janeiro.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 4,3% em relação ao 1º bimestre de 2012. A relação subiu de 1,99 para 2,07<sup>25</sup>. Assim, por mais um ano o Estado do Rio de Janeiro cumpriu a meta n.º 1 do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999.

<sup>25</sup> A meta da dívida para o exercício de 2012, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

## Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 92,41% do estoque. Desse montante, 87,44% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo<sup>26</sup>, representam 7,15%, e desse percentual, apenas 0,38% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR<sup>27</sup>. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 19,51%.

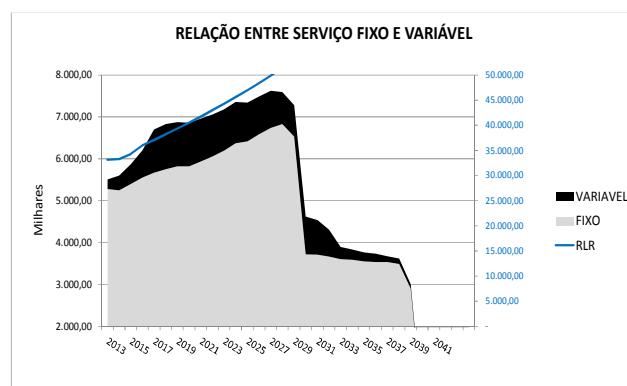
Em relação ao prazo médio de amortização<sup>28</sup> e ao prazo médio de repactuação<sup>29</sup>, estes atingiram **13,20 anos e 10,40 anos**, respectivamente.

Tabela 42

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS  
R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.362.755	2,06%	1,90%
2,1 - 4	244.669	0,37%	0,34%
4,1 - 6	62.667.259	94,61%	87,44%
acima de 6,1	1.959.906	2,96%	2,73%
Subtotal	66.234.589	100,00%	92,41%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.023.211	55,61%	4,22%
2,1 - 4	460.589	8,47%	0,64%
4,1 - 6	1.952.843	35,92%	2,72%
Subtotal	5.436.642	100,00%	7,59%
<b>Total</b>	<b>71.671.231</b>		<b>100,00%</b>

Gráfico 20



<sup>26</sup> Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

<sup>27</sup> Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

<sup>28</sup> Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

<sup>29</sup> Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

## Cenários Econômicos

Tabela 43

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,16%	120.337.712,11	IGPM	0,17%	120.337.712,11	IGPM	0,16%	120.337.712,11
IGP-DI	84,50%	61.922.621.352,20	IGP-DI	83,72%	58.414.862.537,22	IGP-DI	85,29%	65.862.598.906,02
DÓLAR	9,58%	7.021.579.795,01	DÓLAR	10,06%	7.021.579.795,01	DÓLAR	9,09%	7.021.579.795,01
TR	0,98%	719.046.682,58	TR	1,03%	719.046.682,58	TR	0,93%	719.046.682,58
TJLP	2,52%	1.844.348.416,63	TJLP	2,64%	1.844.348.416,63	TJLP	2,39%	1.844.348.416,63
LIBRA	0,00%	3.018.963,16	LIBRA	0,00%	3.018.963,16	LIBRA	0,00%	3.018.963,16
IENE	0,32%	236.686.265,40	IENE	0,34%	236.686.265,40	IENE	0,31%	236.686.265,40
SELIC	1,13%	826.450.070,89	SELIC	1,18%	826.450.070,89	SELIC	1,07%	826.450.070,89
UFIR RJ	0,29%	215.212.488,09	UFIR RJ	0,31%	215.212.488,09	UFIR RJ	0,28%	215.212.488,09
S/ CORREÇÃO	0,51%	373.047.917,15	S/ CORREÇÃO	0,53%	373.047.917,15	S/ CORREÇÃO	0,48%	373.047.917,15
TOTAL	100,00%	73.282.349.663,22	TOTAL	100,00%	69.774.590.848,24	TOTAL	100,00%	77.222.327.217,04

fev/13

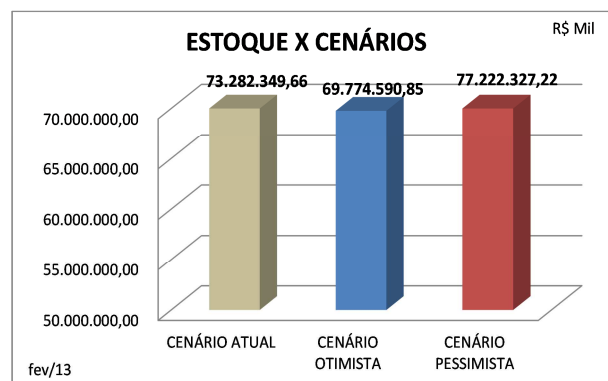
fev/13

fev/13

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 7,45 bilhões e, em valores relativos, de 10,67%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 1,57% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 84,50%, no cenário atual, para 85,29%, no cenário pessimista.

Gráfico 21



Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) o IGP-DI variou 0,20% em fevereiro; após alta de 0,31% em janeiro, de acordo com a FGV, repercutindo aceleração do IPA e desaceleração do IPC e do INCC. O indicador acumula aumentos de 0,51% no ano, resultando em inflação acumulada em doze meses de 8,26%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral, variou 9,24% em doze meses até dezembro, tendo aumento de 0,31% no mês, ante 0,67% em janeiro, acumulando altas de 0,98% no ano e de 7,02% em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, segundo componente mais importante do IGP-DI, registrou crescimento de 0,33% no mês, ante 1,01% em janeiro, acumulando alta de 1,34% no ano, comparativamente a 1,06% no mesmo período do ano anterior, e de 6,04% em doze meses. A desaceleração do IPC-DI em fevereiro foi favorecida pela queda no grupo habitação, -1,28%, ante -0,17% em janeiro, implicando

contribuição de -0,32 p.p., e pela desaceleração em alimentação, 1,33% em fevereiro, ante 2,18% no mês anterior, e contribuição de 0,32 p.p. O INCC-DI variou 0,60% em fevereiro, ante 0,65% em janeiro, destacando-se a desaceleração nos preços de materiais, equipamentos e serviços, 0,44%, ante 0,63%, enquanto os custos de mão de obra registraram aceleração, 0,77%, ante 0,66%. O INCC acumulou variações de 1,25% no ano e de 7,18% em doze meses.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 2,65 bilhões para 7,02 bilhões e de 4,23% para 9,80%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a órgãos internacionais.

### **Receita de Operações de Crédito**

Foram liberados R\$ 619,62 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em janeiro e fevereiro:

- R\$ 539 milhões foram destinados para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 47,29 milhões foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 25,48 milhões foram destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 4,27 milhões ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,58 milhões foram destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);



**Tabela 44**
**Cronograma de Liberações**
**Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal**

Data: 28.02.2013

Valores em R\$ mil

	2013		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
<b>1. Operações de Crédito Contratadas</b>	<b>619.615,79</b>	<b>2.643.620,43</b>	<b>8.084.699,44</b>
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	564.479,55	1.508.483,21	4.590.019,69
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	6.770,43	6.770,43
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	-	-	-
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	25.479,55	297.796,36	421.270,85
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	-	27.542,72	27.542,72
5. BNDES PMAE II	-	5.856,57	5.856,57
6. CAIXA PAC	-	74.274,88	74.274,88
7. CAIXA - VIALIGHT	-	51.775,84	259.138,33
8. BNDES - MARACANÃ COPA 2014	-	40.000,00	40.000,00
9. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	539.000,00	-	1.645.255,95
10. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	-	22.844,74	22.844,74
11. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	109.843,25	415.372,79
12. PROINVEST BB	-	471.821,00	471.821,00
13 - PROCOI / CAIXA	-	399.957,43	1.199.871,43
Demais	55.136,24	1.135.137,21	3.494.679,75
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	4.270,10	65.973,73	65.973,73
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	-	20.280,23	36.676,05
3. BID - PROFAZ (profisco)	-	17.975,47	23.628,34
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	-	23.654,43	34.895,19
5. BID PRODETUR	-	152.339,01	210.024,53
6. BID - PSAM	-	127.585,07	875.062,69
7. BIRD - PET II Adicional	-	187.258,82	1.125.710,12
8. CAF - POE	-	118.524,00	118.524,00
9. CAF - PRÓ - VIAS	-	84.586,97	459.598,88
10. AFD - PMU	-	-	-
11. BIRD - PRODESF DPL III	-	-	-
12. MARACANÃ 2014 PROCOPA II - CAF 21.1.030	47.286,59	107.694,21	107.694,21
13. ARCO METROPOLITANO - CAF	3.579,55	178.477,19	316.064,00
14. 2. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	50.788,07	120.828,00
<b>2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204.350,00</b>
1. RIORURAL - ADICIONAL	-	-	204.350,00
<b>3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.705.410,75</b>
<b>Total</b>	<b>619.615,79</b>	<b>2.643.620,43</b>	<b>15.994.460,18</b>

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2013

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.

Tabela 45

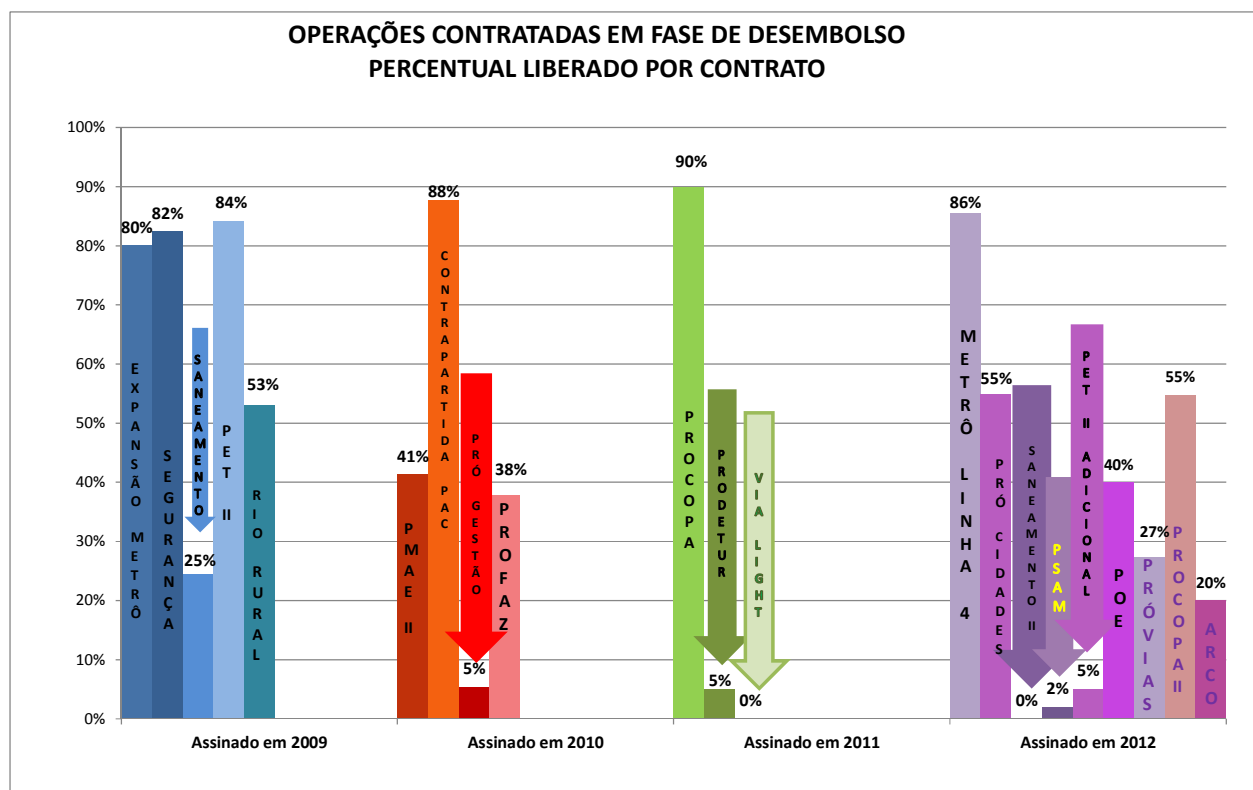
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 28.02.2013

Valores em moeda contratual

	DATA DA ASSINATURA	EXECUTOR DO PROJETO	MOEDA	VALOR CONTRATADO	TOTAL LIBERADO	%
<b>BNDÉS</b>						
EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169 A	25/11/2009	TESOURO ERJ	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%
SEGURANÇA - 12.1.173	10/08/2009	SEOBAS	URTJLP	79.530.718,1067	65.578.538,0825	82%
PMAE II 1.1.176	26/05/2010	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.089.798,1389	41%
MARACANÃ PROCOPIA - 12.1.185	29/07/2011	SEOBAS	URTJLP	202.626.033,3928	182.363.430,0536	90%
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDÉS - 12.1.188	12/06/2012	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	68.441.894,4774	86%
<b>B. BRASIL</b>						
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - 12.1.187	05/06/2012	SEOBAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	980.064.394,40	55%
PROGRAMA PRÓ-INVEST - 12.1.190	12/12/2012	SEPLAG	URTJLP	476.655.846,38	237.647.802,13	50%
<b>CAIXA</b>						
SANEAMENTO P/ TODOS I - 12.1.171	07/07/2009	CEDAE	REAIS	558.000.000,00	136.729.148,51	25%
CONTRAPARTIDA PAC 12.1.177	24/06/2010	SEOBAS	URTJLP	307.002.053,00	269.376.994,41	88%
VIALIGHT - CAIXA - 12.1.178	28/06/2011	SEOBAS	REAL	259.138.332,31	-	0%
SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA 12.1.189	22/06/2012	CEDAE	UPR-CEF	20.150.948,04	-	0%
PROGRAMA PROCOI - CAIXA 12.1.191	20/12/2012	SEOBAS	REAIS	1.199.871.472,00	-	0%
<b>BIRD</b>						
PET II - 21.1.017	24/09/2009	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	178.302.343,16	84%
RIO RURAL - 21.1.1018	14/12/2009	SEAPPA	DÓLAR	39.500.000,00	20.933.609,12	53%
PRÓ-GESTÃO 21.1.021	22/11/2010	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	1.008.125,15	5%
PET II Adicional - 21.1.025	05/09/2012	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%
<b>BID</b>						
PROFAZ (profisco) 21.1.020	10/05/2010	TESOURO ERJ	DÓLAR	19.759.050,00	7.470.588,43	38%
PRODETUR - 21.1.022	08/08/2011	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%
PSAM - 21.1.024	20/03/2012	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%
<b>CAF</b>						
POE - 21.1.026	13/09/2012	SEOBAS	DÓLAR	100.000.000,00	40.000.000,00	40%
PRÓ-VIAS - 21.1.027	13/09/2012	SEOBAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%
PROCOPIA II - 21.1.030	22/11/2012	SEOBAS	DÓLAR	120.666.000,00	66.148.327,70	55%
ARCO METROPOLITANO - 21.1.031	05/12/2012	SEOBAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%

Gráfico 22



## VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios<sup>30</sup>

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º bimestre de 2013, com 570 Convênios de Despesa e 383 Convênios de Receita vigentes<sup>31</sup>.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças<sup>32</sup>; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC<sup>33</sup> engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 100 convênios, beneficiando 58 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 407,53 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 470 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 964,56 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 1º bimestre de 2013, o total de 50 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,12 bilhões<sup>34</sup>. Dessa importância, R\$ 1,20 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 918,39 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 1º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 995,94 milhões,

<sup>30</sup> Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

<sup>31</sup> Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

<sup>32</sup> Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

<sup>33</sup> Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

<sup>34</sup> Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados: 82,41% à área de Habitação; e, 17,59% à área de Saneamento.

#### VI.9 Contratação de Operação de Crédito

O Estado do Rio de Janeiro, por meio da Superintendência de Captação de Recursos, iniciou o ano de 2013 instruindo o pleito de quatro grandes operações de crédito, que, juntas, somam mais de R\$ 7,0 bilhões.

Instituição Financeira	Valor	Programa
Banco do Brasil	R\$ 3,1 bilhões	Pró-Cidades II
Banco Mundial	US\$ 48,0 milhões	TAL II
Bank of America	R\$ 1,46 bilhão	PROGESP
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	R\$ 3,0 bilhões	PRO-ML4

A negociação para a contratação destas operações só pôde ser realizada devido ao novo espaço fiscal (margem de contratação) alcançado com a revisão do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) mantido junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Os projetos de grande vulto estão sendo direcionados para diversas áreas, tais como: infraestrutura, educação, gestão fiscal, transportes, entre outros.

Ao longo do primeiro bimestre de 2013, elaborou-se a carta-consulta e o parecer técnico do Programa de Suporte aos Grandes Eventos Esportivos – PROGESP, a qual foi submetida a COFIEX, na Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília.

Ademais, cumpre ressaltar que, com o encerramento da execução do Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS (DPL II), no valor de US\$ 485.000.000,00, foi elaborado o relatório de conclusão da operação com uma análise crítica da evolução das ações previstas na matriz de políticas do projeto e a avaliação dos dezoito indicadores de resultado que compuseram a referida matriz.

Ao final de janeiro, foi coordenada a missão de supervisão da operação de crédito Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –

PRODESF II (DPL III), que teve como foco o acompanhamento dos indicadores das áreas de gestão fiscal e financeira, saúde e educação.

Adicionalmente, com o fito de ampliar e racionalizar as oportunidades de atuação e de captação de recursos do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) iniciaram-se tratativas de modo a instituir competências para identificar oportunidades de celebração de convênios de receitas e viabilizar a sua implantação. Tal atividade contemplará o mapeamento das possibilidades de celebração dos convênios de receita, por meio de pesquisa na Lei Orçamentária Anual Federal, fontes oficiais de informação, relação de programas disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e informações fornecidas pelos Ministérios.

Por fim, trata-se de importante modalidade pela qual se objetiva o melhor aproveitamento das oportunidades de captação e, conseqüentemente, a elevação da capacidade do ERJ na materialização de políticas públicas, haja vista as crescentes demandas sociais e estruturais.

#### **VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's**

No 1º bimestre de 2013, foram apresentadas cinco propostas preliminares de projetos de PPP's relacionados a diferentes áreas de atuação do Estado, quais sejam: transporte ( PPP Rodovias I, II, III, e IV) e saneamento básico (PPP Saneamento Básico), que ainda serão deliberadas pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público Privadas (PROPAR).

Tais projetos foram direcionados à Secretaria Executiva do Conselho Gestor do PROPAR (CGP), lotada à Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro – SEOBRAS – que, ficou responsável pela análise das propostas apresentadas, abertura de Processo Administrativo e publicação das propostas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro para possível manifestação da iniciativa privada, em caso de aprovação do CGP.

Apesar de não ter nenhum projeto do ERJ licitado, existem propostas que se encontram em fase de análise, conforme consta no quadro abaixo.



Tabela 46

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Saúde Modalidade Administrativa	Construção e manutenção de hospitais públicos de saúde no Estado do Rio de Janeiro. a) Centro de Trauma e Queimados - Hospital Estadual Adão Pereira Nunes; b) Complexo Estadual de Saúde da Baixada - Hospital Estadual de Oncologia e Hospital Estadual de Trauma; c) Hospital Estadual Azevedo Lima.	R\$ 948,6	R\$ 192,6	14 anos (2 anos de obras + 12 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,2	R\$ 375,7	35 anos	Aguardando apresentação do Estudo Técnico
PPP Complexo Maracanã	Operação de manutenção e gestão do complexo do Maracanã e realização de investimentos necessários a sua revitalização, incluindo a modernização do Maracanãzinho e demolição e remoção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delmare.	R\$ 451,5	O projeto não prevê o pagamento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do ERJ.	35 anos (2 anos de obras e 33 anos de manutenção)	Aguardando Licitação
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,9	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 760,0	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,0 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando deliberação do CGP para definir a modalidade de concessão do projeto: PPP ou SUBCONCESSÃO
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência



**BOX 02 – Reestruturação da Subsecretaria de Finanças**

Em 05 de julho de 2011, foi publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro, por ato do Poder Executivo, a Resolução SEFAZ nº 418, que dispôs sobre as competências genéricas e das atividades específicas da Subsecretaria de Finanças.

Cabe elucidar que, neste íterim, ocorreram modificações importantes nas competências da Subsecretaria de Finanças (SUBFIN), inclusive, com a ampliação de suas atribuições e servidores.

Neste contexto, é importante esclarecer que foi realizado concurso público para a nova carreira de Analistas de Finanças Públicas, da Secretaria de Estado de Fazenda, que, dentre outras funções, os novos servidores passaram a desempenhar atividades na SUBFIN, ocasionando, assim, um aumento significativo no seu quadro de pessoal.

Assim, verificou-se a necessidade de criação de novas Superintendências e Coordenações, com o intuito de suportar as novas competências adquiridas, bem como melhorar a sua estrutura organizacional.

A Resolução nº 602, de 28 de fevereiro de 2013, dispôs sobre a nova estrutura e competências da SUBFIN. Atualmente, a SUBFIN passou a coordenar e supervisionar 05 Superintendências, quais sejam: Superintendência do Tesouro Estadual (SUTES), Superintendência de Controle e Acompanhamento da Movimentação Financeira (SUCOMF), Superintendência de Finanças (SUFIN), Superintendência de Captação de Recursos (SUCAR) e Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública (SUCADP).

A Superintendência do Tesouro Estadual (SUTES) cota com 04 Coordenações: Coordenação de Planejamento Financeiro, Coordenação de Análise de Investimentos e Gastos, Coordenação de Controle de Pagamentos e Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionários de Serviços Públicos.

Superintendência de Controle e Acompanhamento da Movimentação Financeira (SUCOMF), por seu turno, criada para acompanhar e controlar a movimentação financeira das contas de gestão do Tesouro Estadual; supervisionar e executar a movimentação das disponibilidades financeiras do Tesouro Estadual; supervisionar os procedimentos contábeis processados no SIAFEM, efetuados no âmbito da Superintendência; supervisionar a conciliação bancária eletrônica das contas do Tesouro do Estado; e, gerenciar a instrução processual na sua área de competência, conta, atualmente, com 02 Coordenações: a Coordenação de Controle e Conciliação Bancária e a Coordenação da Movimentação Financeira.

Já a Superintendência de Finanças (SUFIN), conta com 04 Coordenações: a Coordenação de Assessoramento Técnico e Jurídico, que foi criada com a finalidade de analisar e dar encaminhamento processual às determinações Judiciais no âmbito da Superintendência de Finanças; controlar e acompanhar o encaminhamento de bloqueios judiciais nas contas do Tesouro Estadual; analisar os processos de restituições de indébitos, cauções e fianças; e desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições da Superintendência; Coordenação de Encargos Gerais do Estado; Coordenação de Conciliação de Receita, que foi criada com o intuito de conciliar diariamente a movimentação financeira e contábil das contas de arrecadação e de repasses; analisar a consonância dos índices de repartição das receitas e a sua paridade com os valores distribuídos aos Municípios e ao FUNDEB; analisar os valores informados pelo sistema de gestão tributária em relação aos valores efetivamente creditados nas contas bancárias de receitas; analisar os registros contábeis processados no SIAFEM, e, analisar por tipo de imposto valores destinados ao FUNDEB e aos MUNICÍPIOS e demonstrar divergências entre os valores arrecadados, destinados e repassados por rubrica de receita e por movimentação financeira; e, Coordenação de Gestão de Obrigações.

A Superintendência de Captação de Recursos (SUCAR), por sua vez, coordena 04 Coordenações: Coordenação de Convênios, Coordenação de Operações de Crédito, Coordenação de Captação de Recursos e Coordenação de Análise de Parcerias Público Privadas.

Por fim, a Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública (SUCADP) possui,



atualmente, 03 Coordenações: Coordenação de Gestão da Dívida Pública Estadual, Coordenação de Controle e Execução do Pagamento da Dívida da Administração Direta e Coordenação de Precatórios.